



**Ferrovia Centro-Atlântica S.A.
Demonstrações contábeis em 31/12/2010**

Gerência de Controle Contábil



Índice

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	14
3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	16
3.1 – Balanços patrimoniais.....	16
3.2 – Demonstrações do resultado.....	17
3.3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto).....	18
3.4 – Demonstrações dos fluxos de caixa.....	19
3.5 – Demonstrações do valor adicionado.....	20
4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	21
4.1 – Contexto Operacional.....	21
4.2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	22
4.3 – Descrição das principais práticas e estimativas contábeis adotadas.....	23
4.4 – Práticas contábeis críticas.....	29
4.5 – Adoção pela primeira vez das Demonstrações Contábeis de acordo com as normas internacionais (IFRS) e de acordo com os pronunciamentos técnicos pelos CPCs.....	30
4.6 – Caixa e equivalentes de caixa.....	31
4.7 – Contas a receber de clientes.....	32
4.8 – Partes relacionadas.....	33
4.9 – Estoques.....	35
4.10 – Tributos a recuperar.....	36
4.11 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente.....	36
4.12 – Prêmios de seguros pagos antecipadamente e coberturas.....	37
4.13 – Outros ativos circulantes.....	37
4.14 – Depósitos judiciais e provisão para contingências.....	38
4.15 – Investimentos.....	41
4.16 – Imobilizado.....	41
4.17 – Intangível.....	42
4.18 – Fornecedores - terceiros.....	44
4.19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher.....	44
4.20 – Salários e obrigações sociais a pagar.....	45
4.21 – Arrendamentos e concessões a pagar.....	45
4.22 – Provisões operacionais.....	46
4.23 – Antecipação de clientes.....	47
4.24 – Outros passivos circulantes.....	47
4.25 – Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC.....	47
4.26 – Receitas Diferidas.....	47
4.27 – Patrimônio líquido.....	48
4.28 – Receitas por natureza.....	49
4.29 – Custos e despesas por natureza.....	50
4.30 – Imposto de renda e contribuição social.....	52
4.31 – Informações por segmento de negócios.....	53
4.32 – Previdência complementar.....	54
4.33 – Fatores de risco.....	55
4.34 – Instrumentos financeiros.....	56
5 – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES.....	60
6 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES.....	61



1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Capítulo 1 – Mensagem do Presidente

Para a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), 2010 foi um ano de preparação para a expansão do transporte ferroviário que será observado no Brasil nos próximos anos.

Por meio de contratos inovadores, a FCA, seus parceiros e clientes colocaram 450 novos vagões para circular na malha só em 2010, incremento de 4% no total desse ativo. Trata-se de material rodante diferenciado, equipado com tecnologia para aumentar a eficiência do embarque e desembarque de produtos tais como os siderúrgicos e o açúcar. Além disso, todos foram produzidos ou incrementados única e exclusivamente pela indústria brasileira.

No que diz respeito à malha ferroviária, a FCA também prova estar pensando no futuro. Alguns trechos dos nossos principais corredores começaram a ser remodelados para garantir mais eficiência e velocidade. Também demos início a um grande processo de ampliação de pátios, que passam a comportar trens mais longos e aumentam a produtividade da malha.

Um dos principais valores da FCA é ter gente certa no lugar certo. Em 2010, a FCA reforçou a atração de talentos. Foi o primeiro ano do programa de trainees, que ajudou a preparar dezenas de jovens, escolhidos entre milhares de candidatos, para nos ajudar a vencer os desafios futuros da empresa. Além disso, o programa de pós-graduação em engenharia ferroviária alocou no quadro de pessoal profissionais altamente qualificados nas áreas-chave do nosso negócio.

Em 2010 contribuímos para o crescimento do Brasil e em 2011 não será diferente. Ainda temos um longo caminho pela frente e vamos trilhá-lo com toda a paixão que move nossa empresa.

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente da Ferrovia Centro-Atlântica S.A.



Perfil Geral

Principal eixo de conexão ferroviária entre as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, a FCA foi criada em 1996, com a privatização da Malha Centro-Leste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Em setembro de 2003 a Vale assumiu o controle acionário da FCA, fortalecendo o processo de gestão e recuperação da empresa.

Nossa malha ferroviária de mais de oito mil quilômetros cruza cerca de 300 municípios em sete estados brasileiros (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Sergipe, Goiás, Bahia e São Paulo), além do Distrito Federal. O complexo sistema logístico da FCA conta com cerca de 500 locomotivas e mais de 12 mil vagões, e utiliza tecnologia de ponta para garantir uma operação segura e produtiva, monitorada via satélite.



Oferecemos a nossos clientes uma estrutura integrada de transporte, possibilitando conexão entre os maiores centros consumidores do Brasil e os principais portos. Por meio de soluções intermodais, temos ligação com outras ferrovias como MRS, Transnordestina, ALL Malha Paulista e Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), além de também acesso a portos nos estados do Espírito Santo, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

A FCA conta ainda com duas operações de trens turísticos nos trechos entre as cidades históricas mineiras de Ouro Preto e Mariana e entre São João Del Rei e Tiradentes, resgatando o contexto histórico e ligando as estações construídas no século XIX entre fazendas centenárias, rios e montanhas.

A variedade de vagões de que dispomos permite o transporte seguro de produtos diversos. Do interior para o litoral e em sentido inverso, diferentes cargas cruzam o país em nossos trilhos: soja, açúcar, bauxita, calcário, cimento, fosfato, fertilizantes, ferro-gusa, petroquímicos e álcool, entre outros. Em todas as rotas, grandes volumes são transportados por longas distâncias – combinação que caracteriza a eficiência de nosso transporte ferroviário.

Para oferecer ao mercado as melhores soluções logísticas e gerar vantagens competitivas para nossos clientes, colocamos em prática um sólido plano de investimentos em segurança operacional, recuperação e manutenção da via permanente, melhorias tecnológicas, aquisição de vagões e locomotivas,



capacitação profissional constante de nossos empregados, respeito ao meio ambiente e ações de relacionamento com as comunidades das regiões em que atuamos.

Assim, exercitamos diariamente nossos princípios de ética e transparência, excelência de desempenho, espírito desenvolvimentista, responsabilidade econômica, social e ambiental, respeito à vida e orgulho de ser FCA.

Sumário

A FCA, durante o exercício de 2010, continuou avançando na transparência das decisões tomadas pelos administradores, buscando aprimorar as práticas de governança corporativa. Desta forma, houve uma maior participação do Conselho de Administração nas decisões estratégicas da empresa, refletindo uma preocupação com o interesse de todos os acionistas.

Além de tornarem públicos os atos exigidos pela legislação, a Companhia buscou vários canais de comunicação, visando manter os acionistas e interessados atualizados das principais decisões da administração. A Diretoria continuou executando suas funções sempre de forma fiel aos princípios estabelecidos pelos acionistas e permeados pelo Conselho de Administração.

Em 2010, a FCA apresentou resultado negativo, com prejuízo de R\$ 11,7 milhões, motivado principalmente pela preparação para expansão do transporte ferroviário de carga geral, direcionando recursos para manutenção e melhoria de seus ativos.

O maior destaque na receita de 2010 em relação a 2009 foi no ramo de Siderurgia, que teve um aumento de 57%. Além disso, a Agricultura cresceu 7% e os Industrializados cresceu 8%

Entretanto, houve aumento de 19% nos custos em relação a 2009. Os principais fatores que alavancaram esse crescimento foram o aumento de gastos com manutenção (57%) em locomotivas e vagões, que trarão benefícios futuros, e o aumento com gastos de pessoal em 34%, devido ao Acordo Coletivo e aumento de 20% no quadro de funcionários.

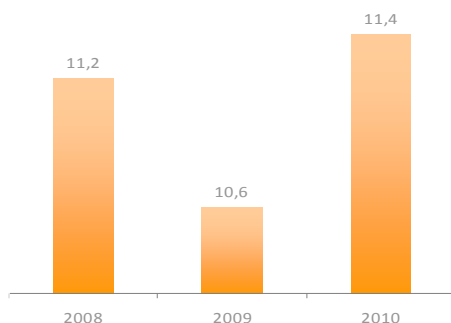
A margem Ebitdar (antes do pagamento de arrendamento e concessão) atingiu R\$ 225,2 milhões em 2010, aumento de 0,8% em relação a 2009.



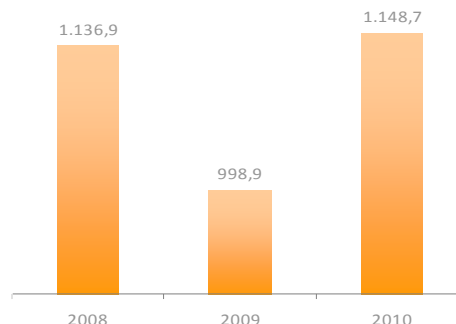
A produção foi de 11,4 bilhões de TKU (Tonelada Quilômetro Útil), 7,8% acima da produção de 2009. A receita bruta fechou o ano em R\$ 1.148,7 milhões, 15% acima em relação a 2009. Os valores considerados de 2009 da receita bruta não estão deduzidos do custo de tráfego mútuo. Até 2009, o método de contabilização excluía esse valor da base da receita bruta, porém para efeito de análise a base de 2009, bem como dos anos anteriores, foi ajustada com a inclusão desses valores.



Produção (Bilhões de TKU)



Receita Bruta (R\$ milhões)



Capítulo 2 – Gente

O ano de 2010 foi marcado pelo sucesso na implantação de um modelo de atuação que é embasado no compromisso de executar nosso trabalho com excelência e disciplina, de acordo com as regras e os melhores padrões estabelecidos, a fim de alcançar os resultados traçados e ainda buscando as oportunidades de melhoria.

Portas de Entrada

Diversos programas foram implementados visando suprir a demanda por mão-de-obra para os próximos anos, que foi identificada no Planejamento Estratégico do departamento de Recursos Humanos da Companhia.

No **Programa de Fomento e Formação de Mão-de-Obra**, destacamos a implementação do Programa de Aprendizizes, com a contratação de 74 aprendizes e 66 jovens aprendizes ao longo do trecho da FCA, para suprir vagas voltadas às áreas de Operação e Manutenção. O objetivo é prover a empresa de pessoas com formação específica e valorizar as comunidades nas quais a FCA está inserida, possibilitando ainda a qualificação de jovens através da teoria e prática profissional, ofertando a oportunidade do primeiro emprego.

O **Programa de Estágio** contou com 77 estagiários. Este programa seleciona os melhores estagiários indicados pelos seus gestores e admitidos nas vagas em aberto para o ano posterior.

Foi desenvolvido também o **Programa de Engenheiros Ferroviários**, que ofereceu, em parceria com a PUC-MG, um curso com foco em operação, manutenção e gestão ferroviária. Foram 10 semanas de duração, em período integral, que culminaram na contratação de 30 engenheiros participantes, dentre os quais 4 foram promovidos a supervisores. O objetivo é contribuir para aquisição de conhecimentos e habilidades específicas em transportes ferroviários, abrangendo conceitos, ferramentas e metodologias de apoio à gestão. Além, é claro, de impulsionar a formação de potenciais supervisores e gerentes na empresa.

Por fim, o **Programa Trainee** trouxe para a FCA 20 novos profissionais para as áreas de Operação, Manutenção, Recursos Logísticos, Financeira, Comercial, RH e Marketing. Estes trainees estão em processo de treinamento em gestão e técnicas ferroviárias.

Treinamento e Desenvolvimento, Carreira & Sucessão

O **Programa de Desenvolvimento das Equipes** possui o papel de alavancar o desenvolvimento individual e da equipe do quadro de pessoal da organização, mitigando os principais *gaps* de



competência e atender as necessidades apontadas. O PDEquipe é destinado aos empregados técnicos operacionais, administrativos, técnicos especialistas, supervisores e gerentes de área.

Em 2010, os treinamentos foram na sua maioria voltados para o público operacional, enfatizando as ações de segurança e prevenção de riscos (RAC's - Requisitos de Atividades Críticas) somando um total de 6.893 participações.

Importante ressaltar os treinamentos voltados para os maquinistas, que tiveram a oportunidade de participar de aulas teóricas e práticas em simuladores, com instrutores disponibilizados pelo Centro de Excelência em Logística (CEL).

Os Ritos de Passagem e Curvas de aprendizagem de supervisão e gerência foram realizados, ampliando a percepção do papel e das habilidades de liderança. Esta ação possibilitou que os líderes tivessem a oportunidade de conhecer mais profundamente os conceitos e ferramentas de gestão (alinhado ao VPS - Vale Production System), a utilização prática dos recursos nos processos organizacionais, fornecendo instrumentos para atuação de verdadeiros condutores junto às suas equipes, alcançando um desenvolvimento de 61 supervisores e gestores, com uma carga horária total de 4.880 horas no ano de 2010.

A área de RH se preocupa com o desenvolvimento da base gerencial da Companhia, por isso, no ano de 2010 iniciou o **Programa de Formação de Supervisores**, formando 65% da base em 2011. Com este programa, temos a oportunidade de qualificar os líderes em todos os processos estratégicos da empresa, para que formem uma base sólida de conhecimento e prática das metodologias e ferramentas de gestão disponíveis.

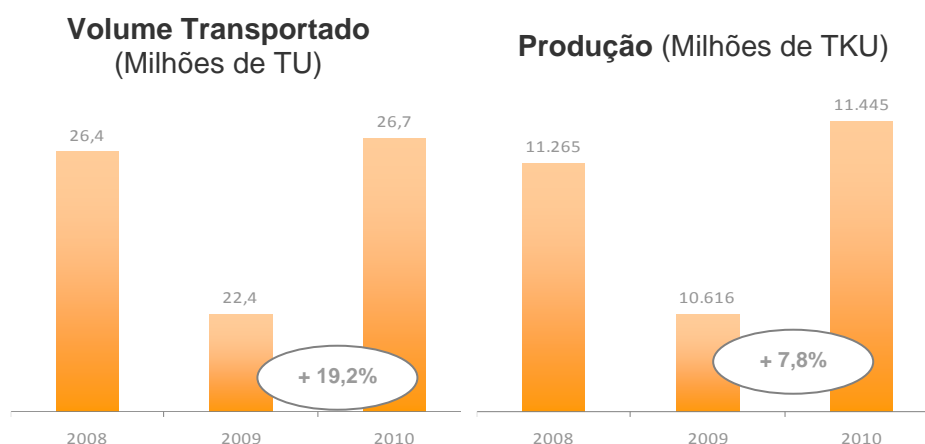
Todo esse conjunto de ações e programas evidenciam que investimos e acreditamos nas pessoas e reconhecemos que temos um importante e agradável desafio de suportar a organização no caminho da excelência

Capítulo 3 – Desempenho Operacional

Produção

Em 2010, a produção foi de 11,4 bilhões de TKU, 7,8% acima da produção de 2009. O volume transportado foi de 26,7 milhões de TU, 19,2% maior que 2009.

Ao longo do ano superamos a produção de 2009, com aumento significativo no transporte de soja e açúcar, principalmente nos fluxos de grãos exportados pelo porto de Tubarão.





Investimentos

Em 2010, os investimentos da empresa foram de R\$ 251,3 milhões, 81,84% acima do investimento de 2009 (R\$ 138,2 milhões). Os recursos foram priorizados especialmente em manutenção e modernização de ativos operacionais, investimentos em segurança e meio ambiente, conforme detalhamento abaixo:

- Melhorias da via permanente, tais como remodelação de trilhos;
- Construção e ampliação de pátios;
- Modernização de vagões;
- Equipamentos para manutenção na via permanente;
- Micro processamento de locomotivas;
- Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

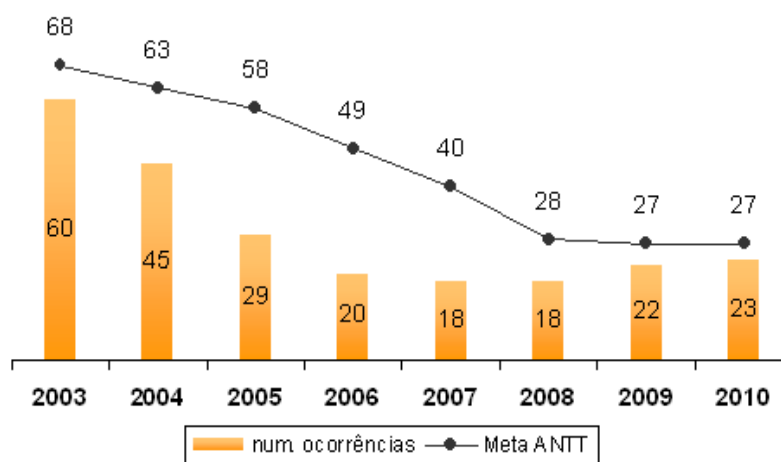
Melhorias

Em 2010, o número de acidentes por milhão de trens-quilômetro passou de 22,8 para 23,3. O aumento de 2,2% deveu-se à interferência de terceiros na operação ferroviária, condutores de veículos e pedestres que desrespeitaram o Código Nacional de Trânsito e provocaram abalroamentos e atropelamentos.

Durante todo o ano, foram realizados investimentos para melhorar o nível de segurança das operações ferroviárias realizadas pela FCA. As principais ações foram:

- Implantação/melhorias no sistema de apuração de ocorrências;
- Implantação de novo painel do CCO (Centro de Controle Operacional);
- Instalação de novos detectores de descarrilamento na via;
- Foco na capacitação dos funcionários que trabalham nas funções operacionais da ferrovia;
- Obras de remodelação da via permanente nos trechos críticos que tenham histórico de ocorrências ferroviárias.

Ocorrências Ferroviárias (Ocorrências / Milhão de Trem-km)



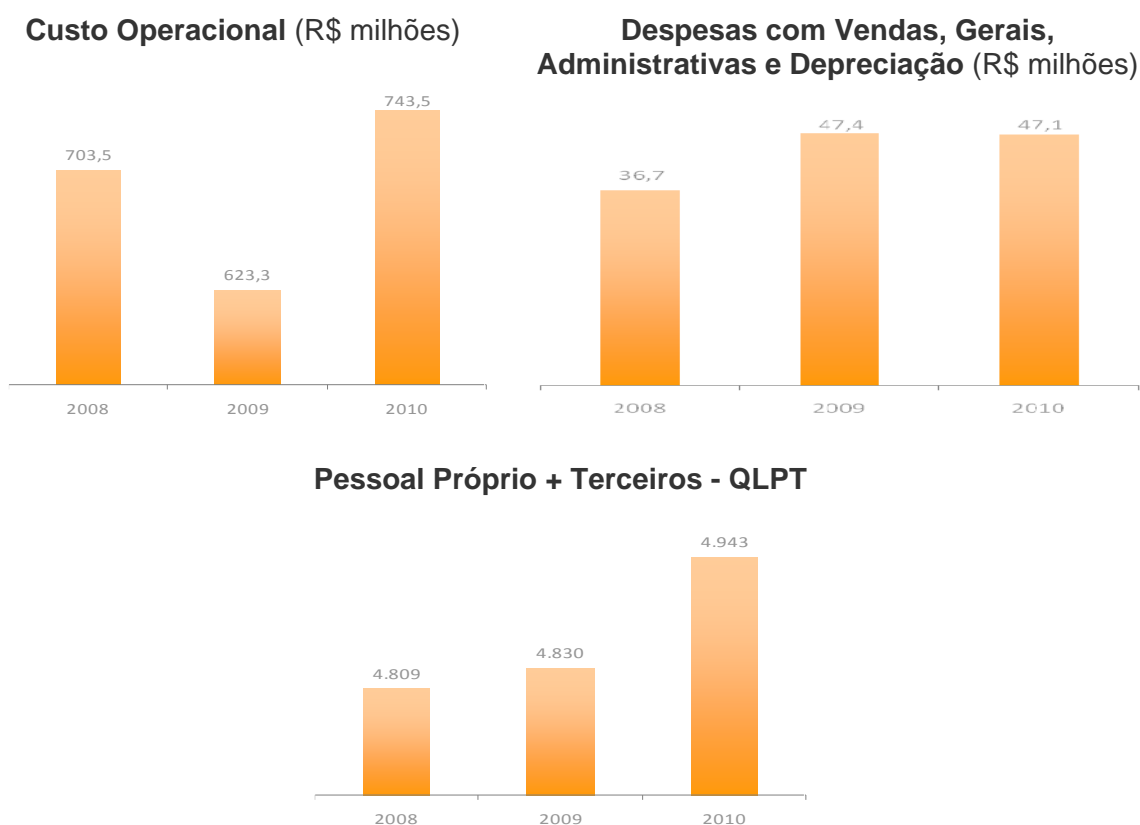


Custos

O custo operacional foi de R\$ 743,5 milhões no ano de 2010, 19% acima de 2009. Deve-se lembrar que, a exemplo do que foi feito com a receita bruta, o custo operacional dos anos anteriores foi ajustado com a inclusão do custo de tráfego mútuo, que por critério contábil antes não era incluso. Parte deste aumento é justificado pelo aumento nos gastos com manutenção, como parte da política da empresa de investir na melhoria de locomotivas e vagões, visando benefícios futuros e aumento de produtividade. O aumento de volume transportado, que foi 8% maior em TKU e 19% em TU também impactou os gastos absolutos. Além disso, R\$ 48 milhões referem-se a aumento de custo de pessoal, impactado pelo Acordo Coletivo e aumento do quadro de funcionários próprios (20% em relação ao ano anterior), sendo 60% deste aumento em função da primarização de atividades operacionais.

Por outro lado, realizamos em 2010 algumas ações para redução dos custos da Companhia, dentre as quais destacamos:

- Revisão de processos e atividades da área operacional; e
- Gestão matricial de custos.

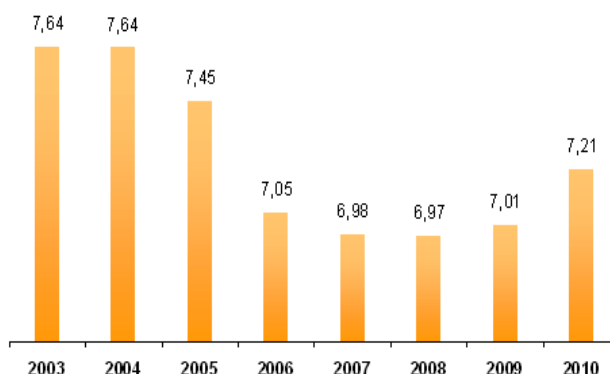


Em 2010, a eficiência energética teve seu desempenho prejudicado em virtude do mix de carga realizado.

Em contrapartida, muitas iniciativas para melhora do indicador foram tomadas, como o desenvolvimento de equipamentos para economia de consumo de combustível, melhoria no padrão de condução econômica nos trechos mais importantes da FCA e início do processo de implantação de sistema de segurança e monitoramento dos tanques de locomotivas.



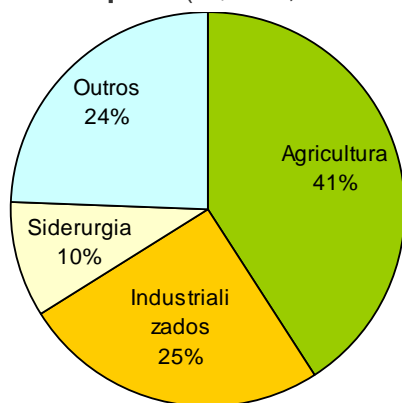
Eficiência Energética (Litros / kTKB)



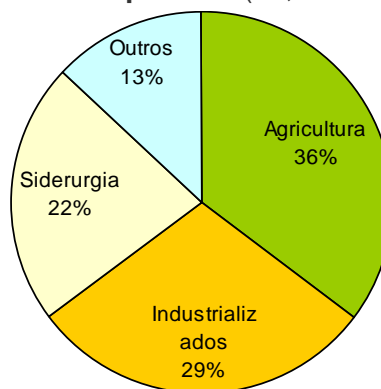
Capítulo 4 – Desempenho Comercial

A localização estratégica da FCA no território nacional faz com que seus serviços sejam uma importante opção logística para a economia brasileira, destacando-se o transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos industrializados.

Receita Líquida (R\$ 970,8 milhões)



Volume Transportado (26,6 milhões de t)



Além dos granéis agrícolas e produtos industrializados, pela malha da FCA são também movimentadas mercadorias diversas como produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Em 2010, a receita líquida aumentou 16% sobre o exercício anterior (retirando o efeito da mudança na contabilização do tráfego mútuo), superando o efeito negativo do cenário desfavorável mundial, que levou a uma queda de 10,9% da receita líquida de 2009 em relação a 2008.



Agricultura

No segmento de Agricultura, a FCA obteve em 2010 uma receita de R\$ 396,1 milhões, 7,5% acima do resultado do ano anterior. O volume transportado atingiu 9,4 milhões de toneladas, 11% acima de 2009. Os principais produtos transportados foram soja, milho, farelo de soja, fertilizantes e açúcar.

O transporte de soja, milho e farelo somou 5,4 milhões de toneladas, aumento de 12% em relação a 2009, com destaque para a exportação de 1,4 milhão de toneladas de milho. A FCA transportou 10% das exportações brasileiras de soja, farelo e milho.

O volume movimentado de açúcar a granel cresceu 7% em 2010, atingindo 1,4 milhão de toneladas. Mantivemos o market share nas exportações pelo porto de Santos no patamar de 7%, num ano em que os embarques por este porto atingiram o recorde de 20 milhões de toneladas.

No ano de 2010, a movimentação total de cargas para a indústria de fertilizantes atingiu 2,6 milhões de toneladas, com um crescimento de 19%, devido à recuperação das importações e da produção nacional em relação a 2009.

Em 2010, consolidamos o transporte de cargas no trecho entre Corinto e Pirapora. Nesse novo corredor de exportação foram transportados 683 mil toneladas, cerca de 200% a mais que em 2009. A consolidação do novo corredor vem estimulando fortemente o crescimento da produção de grãos na região.

Industrializados

No segmento de Industrializados, a FCA obteve em 2010 uma receita de R\$ 244,5 milhões, com volume transportado de 7,9 milhões de toneladas unitárias. A recuperação de 5% no volume transportado e de 8% na receita não foi suficiente para superar o impacto negativo em 2009, mas o *yield* (R\$/tku) aumentou 14%, em função de priorização de rotas mais rentáveis.

O principal destaque da recuperação foi o aumento de 31% no volume transportado de minerais diversos, principalmente no Corredor Nordeste. Os principais clientes na indústria metalúrgica da região apresentaram forte recuperação de seus resultados em 2010. No subsegmento de construção, foram reativadas algumas rotas de transporte para clientes da indústria cimenteira.

No subsegmento químicos, foi retomado o atendimento ao Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), com transporte para Minas Gerais. No subsegmento de combustíveis, foi inaugurado um novo terminal de transbordo de álcool em Uberlândia (MG), possibilitando o atendimento às usinas de álcool do Norte do Triângulo Mineiro e Sudoeste de Goiás, nova fronteira agrícola do setor.

Siderurgia

No segmento de Siderurgia, a FCA obteve em 2010 uma receita de R\$ 93,8 milhões, crescendo 57% em relação a 2009. O volume transportado atingiu 5,9 milhões de toneladas unitárias, 37% acima do ano anterior. A siderurgia nacional passou por forte recuperação em 2010, com a produção nacional de aço crescendo 29%.

No subsegmento de aço, os volumes transportados cresceram 34% quando comparados ao ano anterior, representando uma receita 63% superior à alcançada em 2009.

Na movimentação de insumos, o transporte de calcário alcançou 1,2 milhões de toneladas unitárias, com destaque para a rota Arcos (MG)-Ipatinga (MG), que dobrou seu volume em relação a 2009. O volume de minério para siderúrgicas e guseiros cresceu 97% em relação a 2009.



Capítulo 5 – Responsabilidade Social

A FCA acredita na prática da responsabilidade social e trabalha visando o bom relacionamento com os municípios em que opera. A convivência harmônica, pautada no diálogo social, contribui para o bem-estar das comunidades ao longo da ferrovia.

A empresa promove a construção de projetos e atividades para fomentar o desenvolvimento social e cultural das comunidades, tendo como principal foco a segurança. Além disso, a ferrovia mantém um canal direto de comunicação com as comunidades: o Alô Ferrovias, que esclarece dúvidas, recebe denúncias e sugestões dos cidadãos. Seu atendimento é 24 horas por dia, através do número 0800 285 7000.

Conexão Comunidade 2010 e Desafio entre escolas

Dando continuidade ao Conexão Comunidade, a FCA promoveu em 2010 apresentações artísticas do Caminhão Mambembe da Cia Fiorini de teatro Mambembe. Quatro cidades receberam o Caminhão da Companhia com apresentações teatrais e oficinas de aproveitamento de papel. As cidades contempladas pelo projeto foram Divinópolis, Belo Horizonte, Uberaba e Ribeirão Vermelho.

O projeto Desafio entre Escolas FCA levou às escolas próximas à linha férrea uma apresentação teatral e um Concurso Cultural. Participaram das atividades os municípios de Itaúna, Betim, Bambuí e Patrocínio. O objetivo foi discutir com os alunos informações sobre segurança e tratar o tema “Eu pratico Segurança” visando a conscientização de crianças e adolescentes.

Durante o projeto, foram realizadas 12 apresentações em oito diferentes escolas, beneficiando um total de 2.867 crianças e jovens. Para o Concurso Cultural, foram recebidos 567 trabalhos e os dez melhores foram premiados e participaram de uma exposição no prédio sede da FCA.

A FCA tem a prática de realizar campanhas de sensibilização em todas as regiões onde atua. Ao longo de toda sua malha ferroviária são realizadas *blitzes* educativas, distribuídos panfletos e cartazes com dicas de segurança, além da realização de reuniões com a comunidade.

A empresa entende a importância de se manter relações de confiança e sempre busca uma postura ética e transparente para alcançar o diálogo sincero e receptivo com toda população. Esperamos, assim, que comunidade e empresa sejam parceiras, para juntas construir uma convivência harmônica, sempre priorizando o bem-estar e a segurança de todos.

Meio Ambiente

A FCA é uma empresa consciente e, para que sua operação seja a mais correta possível em termos ambientais, faz investimentos contínuos em sua área de atuação.

No ano de 2010, foi aplicado o modelo de gestão para cumprimento da política ambiental da empresa. Para isso, a FCA investiu recursos a fim de aprimorar a gestão de resíduos e recursos hídricos, minimizar ruídos, cumprir compromissos assumidos com o IBAMA no licenciamento ambiental, investigar os potenciais passivos e remediar as áreas já diagnosticadas.

Para aprimorar a gestão de resíduos, a FCA investiu R\$ 686 mil na realização de depósitos de Armazenamento de Produtos Perigosos, na aquisição de balanças e destinação final adequada dos resíduos. A prática da gestão sistêmica permite minimizar a geração e maximizar a reutilização dos resíduos, reduzindo custos e beneficiando o meio ambiente.



Na gestão de recursos hídricos, a FCA realizou a segregação de redes pluviais e de efluentes nas principais oficinas, instalou diversos hidrômetros para acompanhar o consumo de água, construiu sistemas de tratamento de efluentes, realizou adequações em áreas de abastecimento de óleo lubrificante com a realização de contenções e cobertura e ainda implantou sistemas de reuso de água. É realizado o monitoramento dos parâmetros para lançamentos dos efluentes e tratamento dos desvios encontrados. O investimento foi de R\$ 3 milhões.

Para as obrigações apresentadas nos estudos e planos básicos ambientais protocolados no IBAMA, a FCA investiu, além dos itens descritos na gestão de resíduos e recursos hídricos, R\$ 1,5 milhão na realização do cercamento do Pátio de Embiruçu em Betim (MG), a fim de minimizar o risco de acidentes.

A Companhia evoluiu no atendimento aos requisitos da ISO 14.001, sendo investidos R\$ 3,4 milhões nas adequações necessárias. Além disso, foram investidos R\$ 1,5 milhões na investigação e remediação de passivos ambientais.

Audidores Independentes

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada pelo Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à auditoria das demonstrações contábeis e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR da Companhia.

Belo Horizonte, 2 de Fevereiro de 2010.

A Administração



2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Parecer dos auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

- 1 Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.
- 2 Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

- 3 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

- 4 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
- 5 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 6 Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

- 7 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

- 8 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Centro-Atlântica S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

- 9 Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O "S" MG



3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 – Balanços patrimoniais

Em milhares de Reais

	Notas	Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4.6	30.992	30.177	98.274	30.992	30.177	98.274
Contas a receber de clientes	4.7	58.796	43.175	47.461	58.796	43.175	47.461
Partes Relacionadas	4.8	18.128	23.827	22.104	18.128	23.827	22.104
Estoques	4.9	64.623	63.109	73.313	64.623	63.109	73.313
Tributos a recuperar	4.10	34.208	70.867	22.105	34.208	70.867	22.105
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	4.11	1.825	1.825	1.825	1.825	1.825	1.825
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	4.12	4.814	5.514	7.539	4.814	5.514	7.539
Outros	4.13	10.899	11.216	16.280	10.899	11.216	16.280
		<u>224.285</u>	<u>249.710</u>	<u>288.901</u>	<u>224.285</u>	<u>249.710</u>	<u>288.901</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	4.11	26.765	28.590	30.414	26.765	28.590	30.414
Depósitos judiciais	4.14	116.297	85.391	66.361	116.297	85.391	66.361
Tributos a recuperar	4.10	3.023	5.086	7.132	3.023	5.086	7.132
Partes Relacionadas	4.8	676	708	4.437	282	314	4.043
Contas a receber da RFFSA	4.14(a)	12.752	9.370	9.370	12.752	9.370	9.370
Imobilizado	4.16	474.783	494.621	455.772	474.783	494.621	455.772
Intangível	4.17	1.426.682	1.239.076	1.221.978	1.426.682	1.239.076	1.221.978
		<u>2.060.978</u>	<u>1.862.842</u>	<u>1.795.464</u>	<u>2.060.584</u>	<u>1.862.448</u>	<u>1.795.070</u>
Total do ativo		<u><u>2.285.263</u></u>	<u><u>2.112.552</u></u>	<u><u>2.084.365</u></u>	<u><u>2.284.869</u></u>	<u><u>2.112.158</u></u>	<u><u>2.083.971</u></u>
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores - Terceiros	4.18	51.613	35.783	30.886	51.613	35.783	30.886
Partes Relacionadas	4.8	62.669	51.460	41.032	62.669	51.460	41.032
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.19	9.029	9.551	12.700	9.029	9.551	12.700
Salários e obrigações sociais	4.20	28.697	27.291	22.999	28.697	27.291	22.999
Arrendamento e concessões a pagar	4.21	32.809	30.959	31.135	32.809	30.959	31.135
Provisões Operacionais	4.22	7.316	7.490	7.799	6.922	7.096	7.405
Antecipações de clientes	4.23	47.926	10.084	527	47.926	10.084	527
Outros	4.24	3.048	3.324	3.605	3.048	3.324	3.605
		<u>243.107</u>	<u>175.942</u>	<u>150.683</u>	<u>242.713</u>	<u>175.548</u>	<u>150.289</u>
Não circulante							
Obrigações Fiscais			30.067	34.214		30.067	34.214
Partes Relacionadas	4.8	35.768	68.075	55.509	35.768	68.075	55.509
Provisões Operacionais	4.22	3.146	19.429	12.683	3.146	19.429	12.683
Provisão para contingências	4.14	81.998	90.842	106.979	81.998	90.842	106.979
Receitas Diferidas	4.26	4.914	5.231	5.548	4.914	5.231	5.548
Adiantamentos para futuro aumento de capital	4.25	205.029	1.789.841	1.789.841	205.029	1.789.841	1.789.841
		<u>330.855</u>	<u>2.003.485</u>	<u>2.004.774</u>	<u>330.855</u>	<u>2.003.485</u>	<u>2.004.774</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	4.27						
Capital social		1.722.966	1.130.199	1.130.199	1.722.966	1.130.199	1.130.199
Prejuízos acumulados		(11.665)	(1.197.074)	(1.201.291)	(11.665)	(1.197.074)	(1.201.291)
		<u>1.711.301</u>	<u>(66.875)</u>	<u>(71.092)</u>	<u>1.711.301</u>	<u>(66.875)</u>	<u>(71.092)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u><u>2.285.263</u></u>	<u><u>2.112.552</u></u>	<u><u>2.084.365</u></u>	<u><u>2.284.869</u></u>	<u><u>2.112.158</u></u>	<u><u>2.083.971</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.2 – Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto lucro por ação

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Operações continuadas					
Receita de serviços prestados	4.28 (a)	970.789	859.383	970.789	859.383
Custo dos serviços prestados	4.29 (a)	(970.930)	(843.053)	(970.930)	(843.053)
Lucro (prejuízo) bruto		(141)	16.330	(141)	16.330
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	4.29 (b)	(74)	(117)	(74)	(117)
Gerais e administrativas	4.29 (c)	(47.052)	(47.402)	(47.052)	(47.402)
Outras receitas, líquidas	4.28(b) 4.29(d,e)	37.350	28.049	37.350	28.049
		(9.776)	(19.470)	(9.776)	(19.470)
Prejuízo operacional		(9.917)	(3.140)	(9.917)	(3.140)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	4.29(f)	(3.504)	(3.202)	(3.504)	(3.202)
Receitas financeiras	4.28 (c)	5.570	6.227	5.570	6.227
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	4.29(g)	(3.814)	4.332	(3.814)	4.332
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(11.665)	4.217	(11.665)	4.217
Lucro básico e diluído por lote de milhão de ações R\$		(0,07)	0,04	(0,07)	0,04

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em milhares de Reais

Controladora e Consolidado

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2009	1.130.199	(1.201.291)	(71.092)
Lucro líquido do exercício		4.217	4.217
Em 31 de dezembro de 2009	<u>1.130.199</u>	<u>(1.197.074)</u>	<u>(66.875)</u>
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital	1.789.841		1.789.841
Absorção de prejuízos acumulados	(1.197.074)	1.197.074	
Prejuízo líquido do exercício		(11.665)	(11.665)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.722.966</u>	<u>(11.665)</u>	<u>1.711.301</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.4 – Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(11.665)	4.217	(11.665)	4.217
Ajustes:				
Depreciação e amortização	97.941	95.708	97.941	95.708
Reversão provisão para perdas e contingências	(7.337)	(28.374)	(7.337)	(28.374)
Constituição (reversão) operacionais	(16.458)	6.438	(16.458)	6.438
Despesas com variação monetária/cambial, líquidas	(286)	(50)	(286)	(50)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825	1.825	1.825
Ganho na alienação de ativo imobilizado	(13.230)		(13.230)	
Perda por baixa de ativo imobilizado		978		978
Receitas diferidas	(317)	(317)	(317)	(317)
	50.473	80.425	50.473	80.425
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(8.395)	4.913	(8.395)	4.913
Partes Relacionadas - ativos	5.732	2.005	5.732	2.005
Estoques	(1.483)	12.976	(1.483)	12.976
Tributos a recuperar	39.806	(37.878)	39.806	(37.878)
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	700	2.025	700	2.025
Outros ativos	316	5.064	316	5.064
Depósitos judiciais	(30.906)	(19.030)	(30.906)	(19.030)
Fornecedores - Terceiros	16.116	4.947	16.116	4.947
Partes Relacionadas - passivos	(30.378)	22.993	(30.378)	22.993
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(30.589)	(7.296)	(30.589)	(7.296)
Salários e obrigações sociais	1.406	4.292	1.406	4.292
Arrendamento e concessões a pagar	1.850	(176)	1.850	(176)
Antecipações de clientes	37.842	9.557	37.842	9.557
Outros passivos	(276)	(281)	(276)	(281)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	52.214	84.536	52.214	84.536
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Compra de ativo imobilizado	(12.584)	(71.656)	(12.584)	(71.656)
Compra de ativo intangível	(253.125)	(80.977)	(253.125)	(80.977)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(265.709)	(152.633)	(265.709)	(152.633)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Capitação de Assistência Financeira	144.095		144.095	
Pagamento de Assistência Financeira	(128.466)		(128.466)	
Pagamento de Juros s/Assistência Financeira	(6.349)		(6.349)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	205.029		205.029	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	214.309	-	214.309	-
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	815	(68.097)	815	(68.097)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.177	98.274	30.177	98.274
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.992	30.177	30.992	30.177

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



3.5 – Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Vendas Brutas de serviços	1.148.683	998.936	1.148.683	998.936
Outras Receitas	41.857	66.039	41.857	66.039
Constituição (reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.623)	627	(2.623)	627
	1.187.917	1.065.602	1.187.917	1.065.602
Menos: Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos serviços prestados	(372.538)	(362.561)	(372.538)	(362.561)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(493.503)	(438.737)	(493.503)	(438.737)
Provisão para perdas, principalmente contingências, líquida de reversões	23.795	22.355	23.795	22.355
Outros	(13.273)	(14.144)	(13.273)	(14.144)
	(855.519)	(793.087)	(855.519)	(793.087)
Valor Adicionado bruto	332.398	272.515	332.398	272.515
Depreciação, amortização e exaustão	(97.939)	(95.709)	(97.939)	(95.709)
Valor Adicionado líquido produzido pela entidade	234.459	176.806	234.459	176.806
Valor Adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.570	10.559	5.570	10.559
Valor adicionado total a distribuir	240.029	187.365	240.029	187.365
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração Direta	110.685	81.893	110.685	81.893
Benefícios	36.955	28.789	36.955	28.789
F.G.T.S.	11.652	8.929	11.652	8.929
Outros Gastos com pessoal	2.429	2.957	2.429	2.957
	161.721	122.568	161.721	122.568
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais	64.190	46.174	64.190	46.174
Estaduais	18.378	11.176	18.378	11.176
Municipais	87	28	87	28
	82.655	57.378	82.655	57.378
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros	7.318	3.202	7.318	3.202
	7.318	3.202	7.318	3.202
Remuneração de Capital próprio				
Lucros/Prejuízos Retidos	(11.665)	4.217	(11.665)	4.217
	(11.665)	4.217	(11.665)	4.217
Valor Adicionado distribuído	240.029	187.365	240.029	187.365

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 – Contexto Operacional

A Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (doravante denominada “FCA”, “Companhia” ou “Ferrovia Centro-Atlântica”) com sede na cidade de Belo Horizonte, tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário.

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA (doravante “RFFSA”), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a Companhia celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos.

Em maio de 2007 a lei 11.483 encerrou o processo de liquidação da RFFSA, extinguindo-a e declarando a União como sua sucessora em direitos e obrigações.

As linhas da Malha Centro-Leste abrangem os estados de Sergipe, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, além do Distrito Federal, totalizando 7.840 quilômetros. A FCA interliga-se às principais ferrovias brasileiras e importantes portos marítimos e fluviais, com acesso direto aos portos de Salvador (BA), Aratu (BA), Vitória (ES) e Angra dos Reis (RJ), além de Pirapora (MG) e Juazeiro (BA), no Rio São Francisco.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT (doravante denominada “ANTT”) autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. – Ferroban (doravante denominada “Ferroban”), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo imobilizado os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito na nota explicativa 4.17. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Também em 28 de junho de 2005, a ANTT, através da Resolução nº 1007, publicada no Diário Oficial da União em 30 de junho de 2005, aprovou o Termo de Distrato dos Acordos de Acionistas I e II da Companhia, conforme inciso VIII da Cláusula 9.1 do Contrato de Concessão, reconhecendo a Mineração Tacumã Ltda. – controlada indireta da Vale S.A. (“Vale”) - como a única controladora da FCA.

Em 5 de agosto de 2010, a Mineração Tacumã Ltda transformou-se de sociedade empresária limitada em uma sociedade por ações, passando a denominar-se Vale Operações Ferroviárias S.A..



4.2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo International Accounting Standards Board – (IASB), e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee –(IFRIC), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e suas interpretações técnicas – ICPCs e orientações – OCPCs, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A FCA adotou a partir de 1º de janeiro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009, todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC, assim sendo, estas são as primeiras demonstrações contábeis consolidadas apresentadas pela Companhia de acordo com o IFRS.

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 2 de fevereiro de 2011.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Em função de discussões com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia passou a registrar na rubrica Receita de serviços prestados o valor bruto recebido dos clientes nas transações de partilha de frete (tráfego mútuo e direito de passagem), registrando a contrapartida pelos valores pagos a terceiros na rubrica Custo dos serviços prestados.

Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia registrava na rubrica Receita de serviços prestados o valor recebido dos clientes referente a partilha de fretes líquido dos custos pagos a terceiros. Consequentemente, as rubricas Receita de serviços prestados e Custo dos serviços prestados no exercício findo em dezembro de 2009 foram reapresentados para fins de comparação, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2009	
	Saldo originalmente apresentado	Saldo ajustado
Receita de serviços prestados	678.608	859.383
Custo dos serviços prestados	(662.279)	(843.053)

A Companhia não apresentou itens classificáveis como resultado abrangente, desta forma não há divulgação desta informação nas demonstrações contábeis apresentadas.



4.3 – Descrição das principais práticas e estimavas contábeis adotadas

As principais práticas e estimativas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Contábeis (controladora e consolidado) estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto.

As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (“International Financial Reporting Standards (IFRS)” emitidos pelo “International Accounting Standards Board”.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil e CPCs/IFRS, estão descritas na Nota 4.5.

a) Critérios de Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da FCA e da controlada SL Serviços Logísticos Ltda.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas das empresas incluídas na consolidação, segundo a natureza de cada saldo, complementado pelas seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- Dos saldos de contas correntes e outros integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Classificação e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de: mensurados ao valor justo através do resultado e de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.



Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de impairment, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

d) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou vendas de materiais no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes normalmente são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment").

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por serem irrelevantes.

e) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel.



f) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações (Nota 4.30).

g) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação, de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios, é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas, líquidas"

As taxas anuais de depreciação e amortização estão apresentadas na nota 4.16.

h) Intangível

I. Direitos de Concessão

Está representado pela mais valia paga pela FCA para operar o trecho denominado Malha Paulista, sendo amortizado usando-se o método linear pelo período restante da concessão, até agosto de 2026.

II. Softwares adquiridos e Licenças

Os softwares e licenças adquiridos são registrados com base nos custos incorridos para aquisição e colocação dos mesmos disponíveis para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de três a cinco anos.

III. Benfeitorias em bens arrendados

Os custos com benfeitorias que são identificáveis, exclusivos e atribuíveis aos bens arrendados, no contexto da concessão da malha centro-leste (Nota 4.1), são reconhecidos pelo seu custo histórico de



aquisição e/ou construção e são amortizados, pelo método linear, ao longo do período de vigência do contrato de arrendamento ou pela estimativa de vida útil, dos dois o menor.

i) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (“impairment”), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante

k) Concessões e arrendamentos

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente. Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transportes de cargas e passageiros.

Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas (concessão e arrendamento), a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros. Sendo assim devem ser tratados como sendo um só.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ICPC 01 não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, conforme também esclarecido na orientação OCPC05 – Contratos de Concessão, considerando que :

- I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;
- II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

A concessionária poderá cobrar qualquer valor diferente de zero pelo transporte ferroviário de carga, respeitados os limites máximos das tarifas de referência estabelecidos pela concedente. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), agência reguladora do setor publica resoluções anuais aprovando o reajuste das tarifas de referência em cada concessão, constituindo um teto para as empresas (price-cap), o qual raramente é atingido..

Em linha com os esclarecimentos provenientes da orientação OCPC 05, a administração concluiu que os contratos de concessão e arrendamento, oriundos da extinta RFFSA, são contratos de execução, considerando que:



- As partes envolvidas cumprirem parcialmente com suas obrigações na mesma extensão.
- A disponibilização da infraestrutura pelo poder concedente se dá progressivamente à medida que as condições contratuais vão sendo cumpridas pelo concessionário.
- O operador deve cumprir as regras do contrato e o poder concedente possui o direito de cancelar o contrato, indenizando o operador pelos investimentos realizados e ainda não amortizados ou depreciados. Por isso se após analisados os fatos e circunstâncias específicos do contrato se considera que a infraestrutura é disponibilizada gradualmente ao longo do contrato, à medida que o operador satisfaça as condições contratuais e à medida que o poder concedente mantenha a concessão.

Dessa forma, os custos relacionados com os contratos de concessão e arrendamento são apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão com base no montante incorrido das parcelas a serem pagas trimestralmente, corrigidas pela variação anual do IGP-DI, ou seja, entre a data da liquidação do leilão (20 de junho de 1996) e do último aniversário.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

m) Obrigações de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contra prestação recebida ou a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia, sendo reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.



o) Moeda Funcional

As transações realizadas nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real.

p) Alterações e Interpretações das Normas Internacionais Existentes que Ainda não Estão em Vigor

As alterações e interpretações a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2011, ou períodos subsequentes, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em novembro de 2009 e introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013, e sua adoção antecipada é permitida. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- IFRIC 19 Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais está em vigor desde 1º de julho de 2010. Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento. Não é esperado impactos significativos nas demonstrações da Companhia.
- IFRIC 14, IAS 19 Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação". Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa. Entrada em vigor 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros. Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis. Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio líquido, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- IAS 34 Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários. Oferecer orientação para ilustrar como aplicar os princípios de divulgação no IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação acerca de: a) circunstâncias que provavelmente afetarão os valores justos dos instrumentos financeiros e sua classificação; b) transferências de instrumentos financeiros entre níveis diferentes da hierarquia do valor justo; c) mudanças na classificação dos ativos financeiros; e d) mudanças nos passivos e ativos contingentes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.



- IFRIC 13 Programas de Fidelização de Clientes. O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.
- IAS 32 Instrumentos Financeiros. Alteração emitida em outubro de 2009. A alteração aplica-se a períodos anuais iniciando em ou após 1º de fevereiro de 2010. Aplicação antecipada é permitida. A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros". A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderão surgir com a adoção deste pronunciamento e não é esperado que exista impacto significativo nas demonstrações da Companhia.

4.4 – Práticas contábeis críticas

A Companhia prepara suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a sua situação patrimonial, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas da companhia.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que, por definição, as estimativas contábeis raramente seriam iguais aos seus efetivos resultados.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social são as seguintes:

- I. Redução do valor recuperável de ativos – A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".
- II. Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível – A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.
- III. Imposto de renda e contribuição social diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos não foram constituídos, considerando as possibilidades de realização destes ativos.
- IV. Provisão para contingências – A Companhia constituiu provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Companhia deverá reavaliar as suas estimativas.



4.5 – Adoção pela primeira vez das Demonstrações Contábeis de acordo com as normas internacionais (IFRS) e de acordo com os pronunciamentos técnicos pelos CPCs

a) Base da transição

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações contábeis, a Companhia não aplicou as exceções obrigatórias e as isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva de algumas práticas contábeis, tendo em vista que na sua grande maioria não se aplicavam à Companhia ou, em outros poucos casos, não geravam impactos relevantes aos saldos de abertura na data de transição.

b) Conciliação das antigas práticas contábeis com os IFRS / CPCs

A adoção dos IFRS / CPCs não gerou ajustes no patrimônio líquido na data de transição, assim como não afetou o resultado do exercício de 2009. O principal impacto decorrente dessas novas práticas contábeis refere-se à reclassificação dos investimentos (benfeitorias) efetuados pela Companhia na infraestrutura (malha ferroviária) relacionada aos contratos de concessão e arrendamento mencionados na Nota 4.1. Esses investimentos eram registrados no ativo imobilizado e, em decorrência das orientações descritas no OCPC 05 – Contratos de Concessão passaram a ser registrados no ativo intangível, conforme demonstrado a seguir:

I) Contratos de concessão – a Companhia passou a reconhecer, como intangível, os ativos relacionados aos contratos de concessão, não registrando no momento inicial nenhum ativo financeiro, por entender não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

II) Custo atribuído do ativo imobilizado – a interpretação ICPC 10 permite que uma entidade atribua um novo valor de custo do ativo imobilizado na data de transição para adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis. A Companhia não registrou nenhum acréscimo de valor ao seu imobilizado por entender não ser relevante o montante resultante do recálculo desses ativos, em relação ao seu ativo imobilizado total.

III) Estimativas contábeis – as estimativas contábeis adotadas pelas práticas contábeis anteriores estão consistentes com as estimativas requeridas pelos novos pronunciamentos.

Reconciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009

	Notas	Controladora e consolidado					
		Prática contábil antiga			Prática contábil antiga		
		1º de Janeiro de 2009	Reclassificação	Saldo Ajustado 1º de Janeiro de 2009	31 de Dezembro de 2009	Reclassificação	Saldo Ajustado 31 de Dezembro de 2009
Ativo							
Não circulante							
Imobilizado	4.16	1.636.634	(1.180.862)	455.772	1.695.987	(1.201.366)	494.621
Intangível	4.17	41.116	1.180.862	1.221.978	37.710	1.201.366	1.239.076
		<u>1.677.750</u>		<u>1.677.750</u>	<u>1.733.697</u>		<u>1.733.697</u>



c) Reapresentação da ITR de 2010

Em 25 janeiro de 2011 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a deliberação nº 656 concedendo prazo adicional para a reapresentação dos ITR de 2010 e 2009, com a plena adoção das normas de 2010.

A Companhia optou, em consonância com a deliberação CVM nº 656, pela reapresentação dos ITR de 2010, comparativamente com os de 2009, também ajustados as normas de 2010, até a data de apresentação do 1º ITR de 2011.

As Informações Trimestrais abaixo foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo as reclassificações decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

Apresentamos a seguir, em atendimento a referida deliberação, as reclassificações que serão refletidas na reapresentação dos ITR de 2010 em decorrência da adoção das novas práticas contábeis:

1º Trimestre de 2010						
Controladora e consolidado						
	<u>Prática contábil antiga</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo Ajustado</u>	<u>Prática contábil antiga</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo Ajustado</u>
	<u>31/12/2009</u>		<u>31/12/2009</u>	<u>31/03/2010</u>		<u>31/03/2010</u>
Ativo						
Não circulante						
Imobilizado	1.695.987	(1.201.941)	494.046	1.711.919	(1.225.354)	486.565
Intangível	37.710	1.201.941	1.239.651	36.887	1.225.354	1.262.241
	<u>1.677.750</u>		<u>1.733.697</u>	<u>1.748.806</u>		<u>1.748.806</u>
2º Trimestre de 2010						
Controladora e consolidado						
	<u>Prática contábil antiga</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo Ajustado</u>	<u>Prática contábil antiga</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo Ajustado</u>
	<u>31/03/2010</u>		<u>31/03/2010</u>	<u>30/06/2010</u>		<u>30/06/2010</u>
Ativo						
Não circulante						
Imobilizado	1.711.919	(1.225.354)	486.565	1.738.736	(1.260.312)	478.424
Intangível	36.887	1.225.354	1.262.241	36.066	1.260.312	1.296.378
	<u>1.748.806</u>		<u>1.748.806</u>	<u>1.774.802</u>		<u>1.774.802</u>
3º Trimestre de 2010						
Controladora e consolidado						
	<u>Prática contábil antiga</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo Ajustado</u>	<u>Prática contábil antiga</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo Ajustado</u>
	<u>30/06/2010</u>		<u>30/06/2010</u>	<u>30/09/2010</u>		<u>30/09/2010</u>
Ativo						
Não circulante						
Imobilizado	1.738.736	(1.260.312)	478.424	1.768.351	(1.296.446)	471.905
Intangível	36.066	1.260.312	1.296.378	35.252	1.296.446	1.331.698
	<u>1.774.802</u>		<u>1.774.802</u>	<u>1.803.603</u>		<u>1.803.603</u>

4.6 – Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstração do fluxo de caixa os equivalentes de caixa incluem as aplicações financeiras como abaixo:



	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
	Caixa e Bancos	10.201	7.686
Aplicações Financeiras	20.791	20.926	25.080
Assistência Financeira- Vale S/A		1.565	63.964
	30.992	30.177	98.274

As aplicações financeiras referem-se a aplicações em certificados de depósitos bancários de curto prazo, que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A Assistência Financeira - Vale refere-se as caixa e equivalentes de caixa mantidos na Vale para atender ao sistema de caixa único centralizado adotado no Grupo. Esse saldo demonstra o valor aplicado acrescido de rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.7 – Contas a receber de clientes

a) Clientes - Terceiros

Em 31 de dezembro de 2010 a posição de clientes com faturas em aberto era de R\$ 69.593 (2009 R\$ 51.350).

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
	Contas a receber de clientes	69.593	51.350
Menos: provisão para perdas de contas a receber de clientes	(10.797)	(8.175)	(8.801)
Contas a receber de clientes, líquidas	58.796	43.175	47.461

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
A vencer	46.875	35.374	33.765
Vencidos até 3 meses	9.333	5.135	12.269
Vencidos de 3 a 6 meses	2.588	2.666	1.427
Vencidos acima 6 meses	10.797	8.175	8.801
Contas a receber de clientes	69.593	51.350	56.262

Em 31 de dezembro de 2010, certas contas a receber de clientes no total de R\$ 10.797 (2009 R\$ 8.175) estavam vencidas e provisionadas.

As movimentações da provisão para impairment de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Em 1º de janeiro		(8.801)
Provisão para perdas de contas a receber de clientes		(2.898)
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	276	4.123
Em 31 de dezembro	(10.797)	(8.175)

b) Clientes – Partes Relacionadas

As análises de vencimentos dessas contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:



	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
A vencer	8.154	6.377	5.117	8.154	6.377	5.117
Vencidos até 3 meses	3.205	6.905	10.937	3.205	6.905	10.937
Vencidos de 3 a 6 meses	456	3.106	2.546	456	3.106	2.546
Vencidos acima 6 meses	6.989	8.147	7.941	6.595	7.753	7.547
Contas a receber de clientes	18.804	24.535	26.541	18.410	24.141	26.147

4.8 – Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas foram pactuadas em condições normais de mercado para operações semelhantes e podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço Patrimonial	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Ativo circulante						
Aplicações financeiras						
Vale S/A		1.565	63.964		1.565	63.964
		1.565	63.964		1.565	63.964
Partes relacionadas						
Cia Coreano Brasileria de Pelotização - KBRASCO	4	4	4	4	4	4
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBAS	617	100	556	617	100	556
Cia Italo Brasileira de Pelotização - ITABRASCO		1.428	1.511		1.428	1.511
Cia Nipo Brasileira de Pelotização - NIBRASCO			81			81
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	162	33	12	162	33	12
Log-in Logística Intermodal S/A	1.806	5.844	7.775	1.806	5.844	7.775
Mineração Andirá Ltda	3	3	3	3	3	3
MRS Logística S/A	256	407	37	256	407	37
Rio Doce Manganês - RDM	622	3.113	1.852	622	3.113	1.852
Vale S/A	14.653	12.890	10.273	14.653	12.890	10.273
Valia	5	5		5	5	
	18.128	23.827	22.104	18.128	23.827	22.104
Ativo não circulante						
Partes relacionadas						
Vale S/A	282	314	4.043	282	314	4.043
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394	394			
	676	708	4.437	282	314	4.043
Imobilizado						
Vale S/A		25.117	38.094		25.117	38.094
		25.117	38.094		25.117	38.094

Balço Patrimonial	Notas	Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Passivo circulante							
Partes relacionadas							
Log-in Logística Intermodal S.A.				2.500		2.500	
MRS Logística S/A		108			108		
Pasa		139	138		139	138	
Vale S/A		62.422	51.322	38.532	62.422	51.322	
		62.669	51.460	41.032	62.669	51.460	
Passivo não circulante							
Partes relacionadas							
Vale S/A		35.768	68.075	55.509	35.768	68.075	
		35.768	68.075	55.509	35.768	68.075	
Adiantamentos para futuro aumento de capital							
Vale Operações Ferroviárias S/A	4.25	205.029	1.789.841	1.789.841	205.029	1.789.841	
		205.029	1.789.841	1.789.841	205.029	1.789.841	



	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Demonstrações do Resultado		
Receitas		
Receita bruta de serviços prestados		
Cia Hispano Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS	6.051	31
Log-in Logística Intermodal Ltda	12.451	27.937
MRS Logística S/A	5.264	5.073
Vale Manganês S/A	1.722	3.755
Vale S/A	123.746	63.963
	149.234	100.759
Outras Receitas Operacionais		
MRS Logística S/A		125
Vale S/A	357	5.402
Fundação Vale do Rio Doce - FVRD	338	554
Minerações Brasileiras Reunidas S/A - MBR	2	2
Vale Manganês S/A		662
Samarco Mineração S/A	34	34
	731	6.779
Receitas Financeiras		
Vale S/A	5	1.827
	5	1.827
Custos e despesas		
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões		
Vale S/A	20.680	9.850
MRS Logística S/A	4.690	-
	25.370	9.850
Custo de partilha de fretes		
Vale S/A	167.683	160.467
MRS Logística S/A	7.694	9.657
	175.377	170.124
Previdência Complementar		
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	1.448	1.534
	1.448	1.534
Despesas com processos de suporte		
Vale S/A	16.221	15.921
	16.221	15.921
Despesas financeiras		
Vale S/A	6.432	
	6.432	

As partes relacionadas apresentadas no quadro acima podem ser classificadas da seguinte forma:

Vale S.A.	Controladora indireta
Vale Operações Ferroviárias S.A.	Controladora
Demais empresas	Ligadas (controle em comum da Vale S.A.)

O caixa e equivalentes de caixa representam os valores que a FCA tem de crédito em função do sistema de caixa único centralizado adotado no Grupo Vale.



Os créditos com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a receber pela venda de seus serviços, materiais de estoque e/ou itens do imobilizado disponibilizados para venda.

As dívidas com empresas ligadas no circulante e não circulante representam os valores que a FCA tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital são os recursos recebidos pela FCA, de seu acionista controlador, a serem utilizados com a finalidade de aumentar o capital social.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores mencionados no item “6 – Administração – Conselheiros e Diretores” deste relatório, é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso.

4.9 – Estoques

Os saldos dos estoques têm sua composição por almoxarifados como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Almoxarifado de Tubarão – ES	101	202	6.458
Almoxarifado de Divinópolis – MG	32.603	32.987	33.678
Almoxarifado de Alagoinhas – BA	5.633	5.932	8.981
Almoxarifado de Uberaba – MG	7.652	6.839	10.162
Almoxarifado de Paulínea – SP	3.733	3.008	4.267
Almoxarifado de Araguari – MG	1.818	1.697	2.301
Almoxarifado de Lavras – MG	2.439	2.212	2.350
Almoxarifado de Montes Claros – MG	1.971	967	1.801
Outros almoxarifados	8.909	9.533	6.355
Provisão para perdas em itens de estoque	(236)	(268)	(3.040)
	64.623	63.109	73.313



4.10 – Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS a recuperar	10.359	15.376	10.311
Imposto de renda retido na fonte	1.056	2.244	1.751
Imposto de renda e contribuição social a compensar	16.826	13.817	5.519
PIS e COFINS a compensar	8.888	44.407	11.650
IOF a recuperar	102	102	
INSS a recuperar		7	6
Tributos a recuperar - total	37.231	75.953	29.237
Tributos a recuperar - não circulante			
ICMS a recuperar	2.782	2.732	1.249
PIS e COFINS a compensar	241	2.354	5.883
Tributos a recuperar - não circulante	3.023	5.086	7.132
Tributos a recuperar - circulante	34.208	70.867	22.105

Em 2009 a Companhia creditou-se de R\$ 46 milhões de PIS e COFINS decorrentes da falta de deduções dos créditos fiscais (entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2009) quando da aquisição de materiais e insumos necessários a sua atividade preponderante.

4.11 – Despesas de arrendamento pagas antecipadamente

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante			
Arrendamento (a)	1.719	1.719	1.719
Concessão (b)	106	106	106
Total do Circulante	1.825	1.825	1.825
Não Circulante			
Arrendamento (a)	25.215	26.935	28.653
Concessão (b)	1.550	1.655	1.761
Total do não circulante	26.765	28.590	30.414

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a Rede Ferroviária Federal - RFFSA, no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente e foram registrados na rubrica “Arrendamento e concessão pagos antecipadamente”, no ativo circulante e não circulante (realizável a longo prazo).



(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista.

4.12 – Prêmios de seguros pagos antecipadamente e coberturas

a) Prêmios pagos antecipadamente

Os prêmios de seguros pagos antecipadamente são:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Responsabilidade Civil Geral	3.186	2.943	17
All Risks	1.555	2.506	4.842
Seguro de Transporte	73	65	2.680
	4.814	5.514	7.539

b) Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2010, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valor da cobertura (milhares)
Responsabilidade Civil Geral	Operação Ferroviária	R\$ 25.000
Responsabilidade Civil Geral	Passageiros do trem turístico/MG	US\$ 5.000
Riscos Operacionais	All Risk	US\$ 1.250.000 *
Transportes carga de terceiros (por embarque)	All Risk	US\$ 30.000
Transportes de Importações (por embarque)	All Risk	US\$ 60.000
Vida em Grupo	Empregados	Multisalarial
Acidentes Pessoais	Estagiários	8

* limitado ao valor em risco declarado

4.13 – Outros ativos circulantes

Os outros ativos circulantes são:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Adiantamento a empregados	4.839	5.082	4.172
Adiantamento a fornecedores	5.421	5.704	8.156
Outras contas	639	430	3.952
	10.899	11.216	16.280



4.14 – Depósitos judiciais e provisão para contingências

Saldos dos depósitos e contingências

	Controladora e Consolidado					
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		1º de janeiro de 2009	
	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências	Depósitos judiciais	Provisões para contingências
Tributárias	3.123	100		213		
Trabalhistas	89.736	51.904	74.831	56.924	59.592	70.263
Cíveis	15.390	24.779	3.598	23.102	13	27.805
Administrativa regulatória		4.093		4.070		3.273
SESI	8.021		6.962		6.756	
Ambientais	27	1.122		6.533		5.638
Totais	116.297	81.998	85.391	90.842	66.361	106.979

Movimentações da provisão para contingências:

	Controladora e Consolidado				
	31 de dezembro de 2009	Adição	Baixa	Juros e atualização monetária	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas (a)	56.924	26.743	(40.523)	8.760	51.904
Cíveis (b)	23.102	11.168	(12.881)	3.390	24.779
Administrativa regulatória (c)	4.070			23	4.093
Tributárias (e)	213	432	(776)	231	100
Ambientais (f)	6.533	201	(5.744)	132	1.122
Totais	90.842	38.544	(59.924)	12.536	81.998

De acordo com o Edital de Privatização, a União (RFFSA) continuará como única responsável por todos os seus passivos, a qualquer título e de qualquer natureza jurídica, obrigando-se a indenizar à Companhia os valores que esta venha a pagar decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da assinatura do contrato de concessão, em 28 de agosto de 1996, mesmo quando reclamados ou objeto de decisão judicial posterior.

a) Trabalhistas

A Companhia está sendo acionada em reclamações de natureza trabalhistas oriundas do curso normal de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2010, as contingências trabalhistas com expectativa de perda provável, de acordo com nossos consultores jurídicos, totalizam aproximadamente R\$ 51.904 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 56.924; em 1º de janeiro de 2009 – R\$ 70.263). Esses montantes não incluem as contingências de responsabilidade da União (RFFSA), dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme o Edital de Desestatização em seu item 7.2 - Passivos Trabalhistas que diz:

"As obrigações trabalhistas da RFFSA para com seus empregados transferidos para a concessionária, relativos aos períodos anteriores à data da transferência de cada contrato de trabalho, sejam ou não objeto de reclamação judicial, continuarão de responsabilidade da RFFSA."

Além disso, a Procuradoria Geral da União (PGU) determinou no âmbito de sua competência a adoção por parte de seus membros dos procedimentos previstos no Parecer nº 50/2008-MLG/DTB/PGU/AGU, de 3 de setembro de 2008, que assim se apresenta:



1) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes do período em que o empregado prestou serviços TÃO SOMENTE à RFFSA:

2) as Procuradorias não devem peticionar em Juízo alegando que a responsabilidade pelos débitos existentes antes da concessão devem ser imputados as concessionárias;

3) no caso das concessionárias requererem a intimação da União nas ações em que este ente público não figure no pólo passivo, a representação judicial da União deverá anuir com o pedido, a fim de participar em todos os demais atos do processo, desde que, da análise dos autos, se verifique a efetiva existência de responsabilidade da extinta RFFSA.

4) nas ações em trâmite que envolvam obrigações trabalhistas decorrentes tanto do período em que o empregado prestou serviços à extinta RFFSA como à empresa concessionária, as Procuradorias devem peticionar nos autos requerendo que os débitos de responsabilidade da União e das concessionárias sejam apurados de forma separada, para que este ente público possa alegar a existência de eventuais erros materiais no período de sua responsabilidade, bem como aplicar a incidência de juros de mora, na forma do artigo Iº-F da Lei nº 9.494/97.

Em vista deste parecer da AGU, há exemplos de decisões recentes no âmbito trabalhista determinando a inclusão da União Federal no Pólo Passivo da demanda.

A Companhia esclarece que será utilizada por seus consultores jurídicos, nas demandas cabíveis que envolvam a RFFSA (União Federal), as orientações contidas no Parecer da PGU/AGU.

O valor a receber da União (RFFSA), no montante de R\$ 12.752 (31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 9.370), classificado na rubrica "Contas a Receber da RFFSA" no ativo não circulante, refere-se aos valores desembolsados pela Companhia relacionados a indenizações de responsabilidade da União (RFFSA), em épocas anteriores a estas determinações da PGU/AGU..

b) Cíveis

A Companhia é parte em processos e demandas cíveis que envolvem responsabilidade contingente num total aproximado de R\$ 25.000 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 24.000; em 1º de janeiro de 2009 – R\$ 28.000).

Com base na análise individual de tais processos, e tendo como suporte a opinião dos nossos consultores jurídicos, a administração constituiu provisão para os valores contingentes com expectativa de perda provável.

c) Administrativa regulatória

A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.093 (31 de dezembro de 2009- R\$ 4.070 e em 1º de janeiro de 2009 - R\$ 3.273) referente a multa administrativa aplicada pela ANTT através dos autos de infração lavrados em 26 de maio de 2003, referentes a não-conformidades encontradas no trecho compreendido entre Engenheiro Lafaiete Bandeira e Barão de Camargos (Linha Mineira).

d) SESI

O valor depositado em juízo está relacionado ao auto de infração sobre as contribuições não recolhidas a esse órgão. Baseada no parecer de seus consultores jurídicos, que avaliaram como remota a possibilidade de perda, a Companhia não constitui provisão para perda nesse processo.



e) Tributárias

A Companhia constituiu provisões sobre autos de infração envolvendo processos aduaneiros, emitidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base na opinião de seus consultores jurídicos, no valor de R\$ 100 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 213).

f) Ambientais

Baseado no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia provisionou R\$ 1.122 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 6.533; em 1º de janeiro de 2009 – R\$ 5.638) referentes a processos com expectativa de perda provável, em caso de não haver a celebração de acordo com os órgãos responsáveis pelas autuações. Caso haja celebração de Termo de Compromisso/Ajustamento de Conduta, e os projetos constantes destes Termos sejam integralmente executados, as multas a serem pagas poderão ser reduzidas em 50% a 90% dos valores originais, dependendo do órgão ambiental autuante (municipal, estadual e federal).

g) Contingências possíveis não provisionadas

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 864.000 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 638.000; em 1º de janeiro de 2009 – R\$ 539.000), conforme apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Trabalhistas (i)	176.000	87.000	81.000
Cíveis (ii)	405.000	358.000	313.000
Previdenciário (iii)	44.000	31.000	8.000
Tributárias (iv)	149.000	110.000	92.000
Ambientais (v)	90.000	52.000	45.000
Totais	864.000	638.000	539.000

- i. **Trabalhistas:** trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da FCA, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de não pagamento de adicional de periculosidade com o pedido de seu pagamento; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais; alegação de ficar o empregado à disposição da Companhia em horário de descanso, o que determina o pedido de pagamento de sobreaviso; pedido de danos morais e materiais decorrentes de acidentes do trabalho e doença ocupacional e pedido de responsabilidade subsidiária da FCA em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- ii. **Cíveis:** trata-se de demandas contendo, principalmente, alegações de responsabilidade da FCA por acidentes envolvendo pessoas da Companhia, com pedidos de indenizações por danos morais, materiais e estéticos. Há também demandas de natureza possessória, cuja discussão envolve pedidos de usucapião, bem como demandas em que a FCA pretende a desocupação de imóvel de sua propriedade ou que estejam na faixa de domínio da ferrovia. Há ainda demandas discutindo questões creditícias, promovidas por empresas contratadas pela FCA que alegam prejuízos contratuais.
- iii. **Previdenciários:** trata-se de cobrança de contribuições sociais (aposentadoria especial, SESI e INSS sobre valores pagos a autônomos e pagos a título de acertos de passivos trabalhistas).



- iv. Tributários: trata-se, principalmente, de cobrança de PIS/COFINS sobre receitas de tráfego mútuo, glosa de créditos de ICMS e de auto de infração em processos de importação de locomotivas.
- v. Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere a alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras de que a FCA teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

4.15 - Investimentos

SL Serviços Logísticos Ltda. - A controlada está com as operações inativas. Em 31 de dezembro de 2006 o cálculo da equivalência patrimonial foi efetuado até o limite do saldo do investimento sendo constituída provisão para perda sobre o passivo a descoberto da controlada, que em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 totalizava o montante de R\$ 394, registrado na rubrica Provisões Operacionais no Passivo Circulante.

4.16 – Imobilizado

	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Controladora e Consolidado		
					31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
				Líquido	Líquido	Líquido	
Bens em operação							
Imóveis	25 a 40 anos	2,99%	2.563	(370)	2.193	2.247	1.726
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	20 anos	5,00%	3.827	(1.421)	2.406	2.594	2.782
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,3%	19.353	(11.402)	7.951	9.857	11.489
Veículos	3 a 5 anos	27,71%	5.730	(5.707)	23	102	584
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	6.476	(3.972)	2.504	3.058	3.716
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	20.313	(15.369)	4.944	7.895	3.843
Locomotivas	12,5 a 33,3 anos	6,52%	297.687	(87.714)	209.973	226.952	189.056
Vagões	33,3 anos	6,26%	257.238	(41.581)	215.657	223.387	225.810
Via permanente	10 a 50 anos	3,00%	43.075	(18.955)	24.120	17.702	18.871
Outros Ativos	10 a 15,8 anos	7,72%	3		3	3	3
			<u>656.265</u>	<u>(186.491)</u>	<u>469.774</u>	<u>493.797</u>	<u>457.880</u>
Terrenos			1.142		1.142	1.142	1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado			4.185		4.185		1.660
Provisão para baixa de ativo			(318)		(318)	(318)	(4.910)
			<u>5.009</u>		<u>5.009</u>	<u>824</u>	<u>(2.108)</u>
			<u>661.274</u>	<u>(186.491)</u>	<u>474.783</u>	<u>494.621</u>	<u>455.772</u>

A Companhia nomeou locomotivas e vagões em penhora como garantia do juízo, em atendimento às execuções judiciais procedentes de processos judiciais e administrativos, no montante de aproximadamente R\$ 12.765 (31 de dezembro de 2009 – aproximadamente R\$ 63.300; em 1º de janeiro de 2009 - aproximadamente R\$ 62.300).



A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está sumarizada da seguinte forma:

Controladora e Consolidado							
Imobilizado - Custo	1º de janeiro de 2009	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2009	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2010
Imóveis	1.988	575		2.563			2.563
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	3.829		(2)	3.827			3.827
Equipamentos autônomos	19.047	342	(39)	19.350	3		19.353
Veículos	6.205		(475)	5.730			5.730
Bens administrativos/auxiliares	7.460	7	(991)	6.476			6.476
Equipamentos e aplicativos de informática	13.136	7.194	(17)	20.313			20.313
Locomotivas	244.763	58.182	(5.258)	297.687			297.687
Vagões	252.158	6.292	(1.212)	257.238			257.238
Via permanente	33.966	724	(11)	34.679	8.396		43.075
Outros Ativos	3			3			3
	582.555	73.316	(8.005)	647.866	8.399	-	656.265
Terrenos	1.142			1.142			1.142
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	1.660	1.778	(3.438)	-	7.043	(2.858)	4.185
Provisão para baixa de ativo	(4.910)	(318)	4.910	(318)			(318)
	(2.108)	1.460	1.472	824	7.043	(2.858)	5.009
	580.447	74.776	(6.533)	648.690	15.442	(2.858)	661.274

Controladora e Consolidado						
Imobilizado - depreciação	1º de janeiro de 2009	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2009	Adições	31 de dezembro de 2010
Imóveis	(262)	(54)		(316)	(54)	(370)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.047)	(188)	2	(1.233)	(188)	(1.421)
Equipamentos autônomos	(7.558)	(1.962)	28	(9.492)	(1.909)	(11.401)
Veículos	(5.621)	(446)	439	(5.628)	(79)	(5.707)
Bens administrativos/auxiliares	(3.744)	(562)	887	(3.419)	(554)	(3.973)
Equipamentos e aplicativos de informática	(9.293)	(3.142)	16	(12.419)	(2.950)	(15.369)
Locomotivas	(55.707)	(15.998)	970	(70.735)	(16.980)	(87.715)
Vagões	(26.349)	(7.586)	84	(33.851)	(7.730)	(41.581)
Via permanente	(15.094)	(1.892)	10	(16.976)	(1.978)	(18.954)
Outros Ativos	-			-		-
	(124.675)	(31.830)	2.436	(154.069)	(32.422)	(186.491)

4.17 – Intangível

Controladora e Consolidado							
	Tempo estimado de vida útil remanescente	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
					Líquido	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	15,8 anos	4,7%	43.169	(10.932)	32.237	34.284	36.332
Softwares adquiridos	3 a 5 anos	20%	18.172	(15.963)	2.209	3.426	4.784
			61.341	(26.895)	34.446	37.710	41.116
Benfeitorias em propriedades arrendadas							
Imóveis	15,8 anos	2,59%	71.103	(11.596)	59.507	59.757	61.565
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	15,8 anos	5,0%	11.010	(2.315)	8.695	6.125	6.523
Equipamentos autônomos	5 a 15,8 anos	9,3%	7.096	(4.738)	2.358	2.840	3.342
Veículos	3 a 5 anos	23,38%	19	(19)			
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	23	(20)	3	5	8
Locomotivas	12,5 a 15,8 anos	7,51%	119.151	(95.771)	23.380	22.871	28.868
Vagões	12,5 a 15,8 anos	3,00%	89.051	(52.976)	36.075	36.376	38.560
Via permanente	10 a 15,8 anos	4,20%	1.166.428	(304.826)	861.602	855.462	840.109
			1.463.881	(472.261)	991.620	983.436	978.975
Benfeitorias em curso			400.616		400.616	217.930	201.887
			1.925.838	(499.156)	1.426.682	1.239.076	1.221.978



As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007 conforme Lei 11.483.

O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia registrou o montante de R\$ 72.939, referente ao valor pago do direito de operação, no ativo imobilizado (R\$ 29.770), que são atribuíveis aos bens relacionados ao trecho transferido, e no intangível como Direitos de Concessão (R\$ 43.169), por se referir a mais valia paga para operar o trecho denominado Malha Paulista (Nota 4.1).

O intangível em curso é fruto dos investimentos correntes plurianuais da Companhia e investimentos de capital. Tais investimentos englobando o biênio 2009 e 2010 apresentaram aumento substancial em 2010, principalmente no último trimestre do ano. Em relação aos investimentos de capital estima-se que seu término e entrada em operação corram em 2011.

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Construção e ampliação de pátios	40.051	1.836
Material rodante - aquisições e melhorias	81.387	72.999
Melhorias em instalações administrativas e de apoio	5.348	4.789
Novas rotas - desenvolvimento e ampliação	38.063	43.988
Oficinas - aquisição de equipamentos e reformas	15.144	7.970
Requalificação e melhorias nos postos de abastecimento	1.504	2.706
Segurança, saúde, meio ambiente - Desenvolvimento sustentável	25.013	5.920
Trens Turísticos - melhorias	866	770
Via permanente (infraestrutura e superestrutura)	193.240	76.952
	400.616	217.930

O intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 apresentava a seguinte movimentação:

Intangível - custo	Controladora e Consolidado					
	1º de janeiro de 2009	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2009	Adições	31 de dezembro de 2010
Direitos de concessão	43.169			43.169		43.169
Softwares adquiridos	18.182		(10)	18.172		18.172
	61.351		(10)	61.341		61.341
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Imóveis	69.530			69.530	1.573	71.103
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	7.979			7.979	3.031	11.010
Equipamentos autônomos	7.096			7.096		7.096
Veículos	19			19		19
Bens administrativos/auxiliares	23			23		23
Locomotivas	113.440			113.440	5.711	119.151
Vagões	86.681	224		86.905	2.146	89.051
Via permanente	1.043.740	64.710		1.108.450	57.978	1.166.428
	1.328.508	64.934	-	1.393.442	70.439	1.463.881
Intangível em curso	201.887	16.043		217.930	182.686	400.616
	1.591.746	80.977	(10)	1.672.713	253.125	1.925.838



Controladora e Consolidado

Intangível - amortização	1º de janeiro de 2009	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2009	Adições	31 de dezembro de 2010
Direitos de concessão	(6.837)	(2.048)		(8.885)	(2.048)	(10.933)
Softwares adquiridos	(13.399)	(1.357)	9	(14.747)	(1.217)	(15.964)
Imóveis	(7.965)	(1.808)		(9.773)	(1.822)	(11.595)
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	(1.456)	(398)		(1.854)	(461)	(2.315)
Equipamentos autônomos	(3.754)	(502)		(4.256)	(482)	(4.738)
Veículos	(19)	(2)		(21)		(21)
Bens administrativos/auxiliares	(15)			(15)	(2)	(17)
Locomotivas	(84.572)	(5.996)		(90.568)	(5.202)	(95.770)
Vagões	(48.081)	(2.448)		(50.529)	(2.447)	(52.976)
Via permanente	(203.670)	(49.319)		(252.989)	(51.838)	(304.827)
	(369.768)	(63.878)	9	(433.637)	(65.519)	(499.156)

4.18 – Fornecedores - terceiros

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
mercado interno	41.697	33.426	27.956
mercado externo	9.916	2.357	2.930
	51.613	35.783	30.886

4.19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher

Controladora e Consolidado

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
ICMS a recolher	3.490	6.574	7.120
IRRF	1.204	347	1.043
PIS	491	181	610
ISS	373	613	1.077
COFINS	2.261	887	2.756
Outros	1.210	949	94
	9.029	9.551	12.700



4.20 – Salários e obrigações sociais a pagar

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Salários	3.800	3.918	2.419
Encargos	973	784	506
Contribuições	258	130	44
Provisão para férias	13.074	9.756	8.451
Participação nos resultados	10.520	12.667	11.389
Outros	72	36	190
	28.697	27.291	22.999

4.21 – Arrendamentos e concessões a pagar

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Poder Concedente - União			
Arrendamento (a)	28.794	27.272	27.010
Concessão (b)	1.515	1.435	1.831
	30.309	28.707	28.841
Ferrovia Bandeirantes S/A - FERROBAN			
Arrendamento (c.)	2.375	2.139	2.179
Concessão (d)	125	113	115
	2.500	2.252	2.294
	32.809	30.959	31.135

(a) Arrendamento dos bens - Malha Centro-Leste

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 28 de agosto de 1996 com a extinta Rede Ferroviária Federal – União (RFFSA), no montante de R\$ 292.421, dos quais R\$ 51.577 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 240.844 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 8.935 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2010, foram pagas 50 (cinquenta) parcelas, sendo a 50ª parcela paga no valor de R\$ 28.794.

(b) Concessão dos serviços de transporte ferroviário - Malha Centro-Leste

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 28 de agosto de 1996, no montante de R\$ 15.845, dos quais R\$ 3.169 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 12.676 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 470, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Até 31 de dezembro de 2010, foram pagas 50 (cinquenta) parcelas, sendo a 50ª parcela paga no valor de R\$ 1.515.

(c) Arrendamento dos bens - Malha Paulista

O arrendamento dos bens foi estipulado pelo prazo de trinta anos, de acordo com contrato firmado em 30 de dezembro de 1998 com a extinta Rede Ferroviária Federal - RFFSA, no montante de R\$ 230.160, dos



quais R\$ 52.793 foram pagos antecipadamente. O saldo restante de R\$ 177.367 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 6.937 corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP. Até 31 de dezembro de 2010, foram pagas 42 (quarenta e duas) parcelas, sendo a 42ª parcela paga no valor de R\$ 7.138.

(d) Concessão dos serviços de transporte ferroviário – Malha Paulista Arrendamento dos bens – FERROBAN

A concessão dos serviços de transporte ferroviário de carga e o arrendamento da malha paulista foi estipulada pelo prazo de trinta anos, conforme contrato assinado em 30 de dezembro de 1998, no montante de R\$ 12.252, dos quais R\$ 2.917 foram pagos à vista. O saldo restante de R\$ 9.335 está sendo pago em 112 parcelas trimestrais de R\$ 347, corrigidas pela variação anual do IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas. Sendo que a FCA participa apenas com 35,595% dessa obrigação, levando em consideração que a Companhia vem operando o trecho compreendido entre Araguari/MG e Boa Vista/SP.. Até 31 de dezembro de 2010, foram pagas 42 (quarenta e duas) parcelas, sendo a 42ª parcela paga no valor de R\$ 361.

	Prazos	Data inicial	Valor total do contrato	% de Participação	Adiantamento	Saldo	Total de parcelas trimestrais	Valor da parcela trimestral	Índice de atualização
Malha Centro Leste									
Arrendamento	30 anos	28/08/1996	292.421	100%	51.577	240.844	112	8.935	IGP DI
Concessão	30 anos	28/08/1996	15.845	100%	3.169	12.676	112	470	IGP DI
			308.266		54.746	253.520		9.405	
Malha Paulista-Ferroban									
Arrendamento	30 anos	30/12/1998	230.160	35,595%	52.793	177.367	112	6.937	IGP DI
Concessão	30 anos	30/12/1998	12.252	35,595%	2.917	9.335	112	347	IGP DI
			242.412		55.710	186.702		7.284	

4.22 – Provisões operacionais

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Portofer			2.064			2.064
SL Serviços Logísticos Ltda	394	394	394			
Provisões ambientais	6.582	6.756	5.001	6.582	6.756	5.001
Outros operacionais	340	340	340	340	340	340
Provisões operacionais - circulante	7.316	7.490	7.799	6.922	7.096	7.405
Provisões ambientais	3.146	19.429	12.683	3.146	19.429	12.683
Provisões operacionais - não circulante	3.146	19.429	12.683	3.146	19.429	12.683

A Companhia implementou ações corretivas e preventivas visando eliminar os passivos ambientais pertinentes as fontes ativas existentes desde a privatização da RFFSA. A eficácia na eliminação dos potenciais passivos ambientais foi constatada através dos diagnósticos realizados nas unidades operacionais da Companhia, proporcionando reduções significativas nas premissas e estimativas de gastos ambientais com a recuperação das fontes ativas, demonstradas no quadro abaixo:



Controladora e Consolidado

	1º de janeiro de 2009	Adições	31 de dezembro de 2009	Baixas	31 de dezembro de 2010
Circulante					
Provisões Ambientais	5.001	1.755	6.756	(174)	6.582
Não Circulante					
Provisões Ambientais	12.683	6.746	19.429	(16.283)	3.146
Total das provisões ambientais	17.684	8.501	26.185	(16.457)	9.728

4.23 – Antecipação de clientes

Referem-se a adiantamentos recebidos de clientes que em 31 de dezembro de 2010 somavam R\$ 47.926 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 10.084, 1º de janeiro de 2009 - R\$ 527). Tais adiantamentos advêm dos esforços da Companhia junto a seus clientes, que como fruto de confiança na FCA antecipou valores que serão abatidos de fretes a serem tomados ao longo do próximo exercício. Os adiantamentos em questão são atualizados monetariamente, conforme taxas do mercado e variação do IGPM mensal, para manter sua capacidade de aquisição constante.

4.24 – Outros passivos circulantes

	Controladora e Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Garantias contratuais	1.797	1.952	2.342
Outros passivos circulantes	1.251	1.372	1.263
	3.048	3.324	3.605

4.25 – Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Referem-se aos valores repassados pela controladora visando a atender as necessidades de capital de giro e de investimentos correntes da Companhia, que foram convertidos em adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC). Estes valores foram tratados como instrumento financeiro sem quaisquer encargos e atualização financeira.

Estes adiantamentos foram emitidos em caráter irrevogável e estão sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembléia geral extraordinária realizadas durante os exercícios sociais.

4.26 – Receitas Diferidas

Referem-se à receita antecipada de aluguel da malha ferroviária da Companhia para passagem de fibra ótica de empresa de telecomunicação que está sendo apropriada mensalmente ao resultado pelo período total do contrato firmado com o cliente.



4.27 – Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 29 de abril de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.789.841, passando o capital social de R\$ 1.130.199 para R\$ 2.920.040, mediante a emissão de 109.873.615.524.248 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 16,29 por lote de um milhão de ações.

O acionista controlador Vale Operações Ferroviárias S.A. subscreveu e integralizou, neste ato, a totalidade do aumento de capital social aprovado. A integralização foi realizada mediante a utilização de créditos detidos pela Vale Operações Ferroviárias S.A. contra a FCA, referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados no período compreendido entre 2003 e 2006.

Em 20 de julho de 2010, a AGE homologou a proposta da Diretoria para redução do capital social da Companhia, mediante a absorção dos prejuízos acumulados até 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 1.197.074, passando o capital social de R\$ 2.920.040 para R\$1.722.966.

Desta forma em 31 de dezembro de 2010 o capital social está representado por 210.197.577.031.248 ações ordinárias e 66.665.012 ações preferenciais, todas nominativas. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

É facultado à Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, optar pelo regime escritural para a emissão, registro de propriedade e transferência de uma ou mais classes de ações. Neste caso, a contratação da escrituração e a guarda dos livros de registro e transferência de ações e a emissão de certificados só poderão ser efetuados com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço. A instituição financeira depositária das ações ficará autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites legais.

A Companhia, por deliberação da Assembléia Geral, poderá criar outras classes de ações, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais.

Atualmente no estatuto social da Companhia não está definido valor de capital autorizado.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de Ações Ord + Pref.
Vale Operações Ferroviárias S.A. - VOF	210.197.522.720.503	55.673.348	210.197.578.393.851
Outros- não controladores	54.310.745	10.991.664	65.302.409
Totais	210.197.577.031.248	66.665.012	210.197.643.696.260

b) Dividendos

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Os titulares de ações preferenciais terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos.

c) Lucro por ação

(i) Básico



O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

(ii) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas.

	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>2009</u>
Cálculo da média ponderada para 2009	
(100.323.961.507.000 x 12/12)	100.323.961.507.000
Lucro líquido do exercício	4.217
Média Ponderação de ações ordinárias em 2009	100.323.961.507.000
Lucro básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	0,04
	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>2010</u>
Cálculo da média ponderada para 2010	
(100.323.961.507.000 x 4/12) + (210.197.577.031.248 x 8/12)	173.573.038.523.165
Prejuízo do exercício	(11.665)
Ações em 31 de dezembro de 2010	173.573.038.523.165
Lucro básico e diluído por lote de milhão de ações R\$	(0,07)

4.28 – Receitas por natureza

a) Bruta de Serviços Prestados

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita Bruta		
Receita de transporte ferroviário de minério de ferro	92.437	39.124
Receita de transporte ferroviário de carga geral	940.382	885.676
Receita de utilização de pátios	1.199	151
Receita de estadia de vagões	5.969	3.380
Receita de aluguel de locomotivas	687	2.840
Receita de partilha de frete	84.685	61.551
Receita de outros serviços	23.324	6.213
Total Receita Bruta	<u>1.148.683</u>	<u>998.935</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(71.641)	(63.873)
PIS	(18.953)	(13.500)
COFINS	(87.300)	(62.179)
Total impostos sobre serviços	<u>(177.894)</u>	<u>(139.552)</u>
Receita de serviços prestados	<u>970.789</u>	<u>859.383</u>



b) Outras Receitas Operacionais

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Venda de materiais	10.269	9.522
Recuperação de despesas	13.760	38.415
Trem Turístico	2.920	2.779
Travessias	2.630	1.445
Multas contratuais	8.271	13.115
Outros	4.007	762
	41.857	66.038

c) Receitas Financeiras

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Rendimento de aplicação caixa centralizado	(5)	1.926
Aplicação mercado financeiro	1.916	3.238
Juros taxa e multas de mora	876	1.050
Outras receitas financeiras	2.783	13
	5.570	6.227

4.29 – Custos e despesas por natureza

a) Custos dos serviços prestados

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Benefícios a empregados	(28.957)	(18.925)
Salários	(106.095)	(73.259)
Encargos sociais	(36.408)	(24.533)
Serviços profissionais técnicos	(85.411)	(70.869)
Seguros	(12.367)	(13.364)
Materiais	(17.281)	(16.415)
Combustíveis	(194.047)	(183.160)
Utilidades públicas	(5.619)	(6.146)
Custo de partilha de frete	(183.590)	(180.775)
Locações	(29.862)	(11.064)
Peças e componentes ferroviários	(25.296)	(18.764)
Diversos	(18.589)	(5.995)
Custo operacional	(743.522)	(623.269)
Depreciação	(90.258)	(88.856)
Despesas de arrendamento e concessão	(137.150)	(130.928)
Custo dos serviços prestados	(970.930)	(843.053)



b) Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Benefícios a empregados	(11)	(5)
Salários	(46)	(31)
Encargos sociais	(17)	(11)
Seguros		(70)
Total das despesas com vendas	(74)	(117)

c) Despesas gerais e administrativas

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Benefícios a empregados	(1.334)	(1.081)
Salários	(6.912)	(6.791)
Encargos sociais	(2.340)	(2.323)
Serviços profissionais técnicos	(25.282)	(25.270)
Materiais	(318)	(512)
Combustíveis	(26)	(5)
Tributos	(10)	(10)
Utilidades públicas	(403)	(381)
Locações	(564)	(2.279)
Diversos	(2.182)	(1.897)
Depreciação	(7.681)	(6.853)
Total das despesas gerais e administrativas	(47.052)	(47.402)

d) Reversão (constituição) de provisão para perdas e contingências

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Perdas		
de créditos de ICMS	1.084	8.838
de desvalorização de estoques de materiais	32	2.772
contas a receber de clientes	(2.623)	627
Contingências		
trabalhistas	5.019	13.338
cíveis	(1.700)	3.906
tributárias	113	(214)
Ambientais	5.411	(894)
Gastos operacionais	16.458	(6.018)
	23.794	22.355



e) Outras despesas operacionais

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Tributárias	(6.250)	(6.760)
Baixa de Ativos		(978)
Estoques	(258)	(3.909)
Participação no resultado	(6.861)	(10.170)
Outros gastos c/pessoal	17	(3.970)
Perdas de recebíveis	(1.768)	(5.466)
Trens Turísticos	(2.043)	(1.989)
Outras operacionais	(2.990)	(6.214)
Processos Judiciais	(8.147)	(10.642)
P&D		(10.246)
	(28.300)	(60.344)

f) Despesas financeiras

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Despesas com IOF	(450)	(283)
Encargos por atraso		(1.034)
Multa sobre auto de infração	(1.296)	
Despesa de carta de fiança	(1.480)	(1.364)
Outras despesas financeiras	(278)	(521)
Totais	(3.504)	(3.202)

g) Variações monetárias

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Variação Monetária ativa	8.078	5.203
Variação Monetária passiva	(11.892)	(871)
	(3.814)	4.332

4.30– Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não vem constituindo ativo diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, principalmente em função de ainda não apresentar um histórico de lucros tributáveis.

Ó total dos créditos fiscais não reconhecidos pode ser assim demonstrados:



	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Imposto de renda diferido		
Provisão para devedores duvidosos	2.699	2.044
Provisão para contingências	21.569	22.657
Outras provisões	2.674	8.138
Prejuízo fiscal	282.795	274.188
	<u>309.737</u>	<u>307.027</u>
Contribuição social diferida		
Provisão para devedores duvidosos	972	736
Provisão para contingências	7.764	8.157
Outras provisões	962	2.930
Base negativa	102.437	99.245
	<u>112.135</u>	<u>111.068</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	<u>421.872</u>	<u>418.095</u>
Prejuízo Fiscal para Imposto de Renda	1.131.181	1.096.751
Base Negativa da Contribuição Social	1.138.184	1.102.726

b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora e Consolidado			
	2010		2009	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	(11.665)	(11.665)	4.217	4.217
Adições (exclusões) permanentes:				
Multas não dedutíveis	1.028		34	
Despesas não dedutíveis	1	1	1	1
Adições (exclusões) temporárias:				
Reversão de provisão para contingências, líquida	(8.843)	(8.843)	(16.137)	(16.137)
Reversão de provisão para perdas com ICMS, líquida	(1.084)	(1.084)	(8.838)	(8.838)
Reversão de provisão para perdas de materiais, líquida	(32)	(32)	(2.772)	(2.772)
Constituição (reversão) de outras provisões, líquida	(16.458)	(16.458)	6.438	6.438
Constituição (reversão) de perdas de créditos, líquida	2.623	2.623	(627)	(627)
	<u>(34.430)</u>	<u>(35.458)</u>	<u>(17.684)</u>	<u>(17.718)</u>
Base de cálculo				
Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social - (alíquotas efetivas IR 25% e CS 9%)	(8.608)	(3.191)	(4.421)	(1.595)
Créditos fiscais não reconhecidos	<u>8.608</u>	<u>3.191</u>	<u>4.421</u>	<u>1.595</u>

4.31 – Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos:

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas.
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.



4.32 – Previdência complementar

Conforme previsto no Edital de Privatização, uma das obrigações da Companhia era implantar um plano de previdência privada em substituição ao plano da REFER.

A partir de outubro de 2000, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade complementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano.

A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

(a) Plano de Benefício - FCA

Consiste em um plano misto de benefícios e foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, 3.282 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano (31 de dezembro de 2009 – 2.827).

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FCA são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

O resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está assim apresentado:

	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Valor presente das obrigações atuariais	(1.689)	(1.256)
Valor justo dos ativos do plano	2.864	2.429
Ativo atuarial	1.175	1.173

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

(b) Contribuições da patrocinadora



A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Para a formação de reservas técnicas com base em cálculos efetuados por atuário independente, além da contribuição dos empregados, a Companhia contribuiu com R\$ 1.448 no exercício findo em 31 de dezembro 2010 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 1.534).

(c) Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial anual efetuada para 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais	Controladora e Consolidado	
	2010	2009
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,30% a.a	11,08% a.a
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	10,70% a.a	10,70% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	7,64 % até 48 anos 4,5 % a partir de 48 anos	7,12 % até 48 anos 4,0 % a partir de 48 anos
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,5 % a.a	4,5 % a.a
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,0 % a.a	4,0 % a.a
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT83 Male	AT83 Male
Tábua biométrica de entrada em invalidez	3.0 x Álvaro Vindas e AT83 Male	3.0 x Álvaro Vindas e AT83 Male
Taxa de rotatividade esperada	3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos	3% até 48 anos e nula a partir de 48 anos

4.33 – Fatores de risco

A atividade de concessão é objeto de Contrato de concessão firmado com a interveniência do Poder Concedente, estando sujeita a um ambiente altamente regulado.

Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões da Companhia.

Caso a companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar sua capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pelos processos regulatórios e seus resultados de forma adversa.



A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

A companhia está comprometida com as melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, e isto requer o investimento de recursos e esforços da administração.

Além disso, suas operações estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas.

Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de suas atividades.

A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e sobre os resultados da Companhia.

As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental de suas atividades, assim como a sua incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, podem exigir que ela incorra em custos adicionais significativos e podem acarretar um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4.34 – Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, assistência financeira (Vale S.A.), adiantamentos para futuro aumento de capital e fornecedores, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2010 e 2009.

a) Risco de Mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações da FCA, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos e insumos e outros custos.

b) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía passivos denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$ 9.916 (31 de dezembro de 2009 – R\$ 2.357).



c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que não há ativos ou passivos significativos com incidência de juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com conseqüente minimização de perdas individuais.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu provisão para cobrir eventuais perdas com contas a receber no montante de R\$ 10.797 (31 de dezembro de 2009 - R\$ 8.175).

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

Para mitigar esse risco, a Companhia conta com a Assistência Financeira - ASSFIN administrada pela controladora indireta VALE S.A. A liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa, é administrada conjuntamente com o centro de serviço compartilhado da controladora indireta. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo centro de Serviços Compartilhados. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

f) Risco operacional

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo All Risks.

g) Os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º. de janeiro de 2009 correspondem:



	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
31 de dezembro de 2010						
Contas a receber de clientes	58.796		58.796	58.796		58.796
Partes relacionadas	18.804		18.804	18.410		18.410
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	10.201		10.201	10.201		10.201
CDB's		20.791	20.791		20.791	20.791
	<u>87.801</u>	<u>20.791</u>	<u>108.592</u>	<u>87.407</u>	<u>20.791</u>	<u>108.198</u>

	Controladora e Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos			
31 de dezembro de 2010			
Fornecedores		51.613	51.613
Partes relacionadas		98.437	98.437
Adiantamentos para futuro aumento de capital		205.029	205.029
		<u>355.079</u>	<u>355.079</u>

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
31 de dezembro de 2009						
Contas a receber de clientes	43.175		43.175	43.175		43.175
Partes relacionadas	24.535		24.535	24.141		24.141
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	7.686		7.686	7.686		7.686
CDB's		20.926	20.926		20.926	20.926
Assistência financeira VALE S.A.		1.565	1.565		1.565	1.565
	<u>75.396</u>	<u>22.491</u>	<u>97.887</u>	<u>75.002</u>	<u>22.491</u>	<u>97.493</u>

	Controladora e Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos			
31 de dezembro de 2009			
Fornecedores		35.783	35.783
Partes relacionadas		119.535	119.535
Adiantamentos para futuro aumento de capital		1.789.841	1.789.841
		<u>1.945.159</u>	<u>1.945.159</u>

	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
01 de janeiro de 2009						
Contas a receber de clientes	47.461		47.461	47.461		47.461
Partes relacionadas	26.541		26.541	26.147		26.147
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	9.230		9.230	9.230		9.230
CDB's		25.080	25.080		25.080	25.080
Assistência financeira VALE S.A.		63.964	63.964		63.964	63.964
	<u>83.232</u>	<u>89.044</u>	<u>172.276</u>	<u>82.838</u>	<u>89.044</u>	<u>171.882</u>

	Controladora e Consolidado		
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos			
01 de janeiro de 2009			
Fornecedores		30.886	30.886
Partes relacionadas		96.541	96.541
Adiantamentos para futuro aumento de capital		1.789.841	1.789.841
		<u>1.917.268</u>	<u>1.917.268</u>



- h) A gestão de capital da FCA é realizada no contexto do Grupo VALE. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros em volume significativo.



5 – DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e de Relação com Investidores e o Diretor Financeiro da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Sapucaí, 383, inscrita no CNPJ sob nº 00.924.429/0001-75 (“**FCA**”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“**INSTRUÇÃO**”), declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da FCA relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da FCA referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.



6 – ADMINISTRAÇÃO - CONSELHEIROS E DIRETORES

Conselho de Administração

Marcello Magistrini Spinelli

Presidente

Elton de Campos Pássaro

Luiz Gustavo Gouvêa

Rômulo Lourencini Rovetta

Adílson Cesar de Paula Alonso do Carmo

Said Helou Filho

Diretoria

Marcello Magistrini Spinelli

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Marcus Vinícius de Faria Penteado

Diretor Financeiro

Paulo Fernando Pagliaroni

Diretor de Recursos Logísticos

Silvana Alcântara Oliveira de Souza

Diretora de Desenvolvimento de Negócios

Rodrigo Saba Ruggiero

Diretor Operacional

Fabiano Bodanezi Lorenzi

Diretor Comercial

Fabio Stewson de Souza

Contador

CRC-MG 45.913/O-6